



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Tadeu Zomer Locatelli

Autores de Violência Sexual: uma revisão de escopo

Florianópolis (SC)
2023

Tadeu Zomer Locatelli

Autores de Violência Sexual: uma revisão de escopo

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof.^a Elza Berger Salema Coelho, Dra.

Coorientadora: Prof.^a Deise Warmling, Dra.

Florianópolis (SC)
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Locatelli, Tadeu Zomer
Autores de violência sexual: uma revisão de escopo /
Tadeu Zomer Locatelli ; orientadora, Elza Berger Salema
Coelho, coorientadora, Deise Warmling, 2023.
112 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós
Graduação em Saúde Coletiva, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Saúde Coletiva. 2. Violência sexual. 3. Homens e
mulheres autores de violência sexual. 4. Características
dos autores de violência sexual. I. Coelho, Elza Berger
Salema . II. Warmling, Deise. III. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.
IV. Título.

Tadeu Zomer Locatelli

Autores de Violência Sexual: uma revisão de escopo

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Sheila Rúbia Lindner, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dalvan Antônio de Campos, Dr.
Universidade do Planalto Catarinense

Certificamos que esta é **a versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Profa. Marta Inez Machado Verdi, Dra.
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

Profa. Elza Berger Salema Coelho, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2023.

Dedico aos meus pais, Ivana e Genoir, que sempre me incentivaram a estudar e acabei levando a sério este conselho.
Também a minha tia-avó Aleida, por ser um porto seguro.
Ao meu irmão, Lucas, pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

À professora Elza Berger Salema Coelho, pela sua disposição, competência e compreensão, além de conhecimento na orientação desta pesquisa. E também por acreditar que tudo daria certo.

À amiga e colega de todas as aulas Giselida Vieira, que além da ajuda essencial com este trabalho, tornou os dias mais leves e mais divertidos. E também pelas videochamadas para conversas emergenciais.

À professora Dr^a Sheila Rubia Lindner, Dr^a Deise Warmling e Dr^a Carolina Bolsoni pelas contribuições importantes na constituição deste trabalho. E também pelo incentivo contínuo.

À equipe toda de pessoas especiais como o Euri, Gabriel, Nai, Zeno. E também pelos cafés, conversas triviais e troca de experiências, tão importantes no cotidiano.

À UFSC, instituição na qual também sou servidor e a qual deve ser cada vez mais defendida e fortalecida, pois acredito no poder da educação na vida das pessoas e transformação da sociedade em um lugar mais igualitário para todos.

A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota.

Jean-Paul Sartre

RESUMO

Nesta dissertação abordamos as definições de violência e violência sexual e a importância de lançarmos um olhar para os autores de violência. Para isso, são abordadas questões conceituais sobre gênero, violência, masculinidades e programas de atenção a homens autores de violência. Também abordamos as definições de violência, políticas públicas, autores, prevalência e consequências da violência sexual específicas para as vítimas em cada ciclo de vida. Para responder a pergunta de pesquisa "Quais são as características dos autores de violência sexual existentes na literatura?" realizou-se uma revisão de escopo nas bases NCBI/PubMed, APA PsycInfo, CINAHL, Web of Science, Scopus e LILACS, e foram incluídos estudos que tratassem de autores de violência sexual publicados em português, inglês e espanhol, sem restrição de ano de publicação ou tipo metodológico. Foram incorporados 46 estudos nesta revisão. Os resultados são apresentados em forma de artigo científico.

Palavras-chave: violência sexual, autores, saúde pública

ABSTRACT

In this dissertation we approach the definitions of violence and sexual violence and the importance of looking at the perpetrators of violence. For this, conceptual issues are addressed about gender, violence, masculinities and care programs for male perpetrators of violence. We also address the definitions of violence, public policies, perpetrators, prevalence and specific consequences of sexual violence for victims in each life cycle. To answer the research question "What are the characteristics of the authors of sexual violence in the literature?" a scoping review was carried out in the NCBI/PubMed, APA PsycInfo, CINAHL, Web of Science, Scopus and LILACS databases, and studies were included that dealt with authors of sexual violence published in Portuguese, English and Spanish, without restriction of year of publication or methodological type. 46 studies were included in this review. The results are presented in a scientific article.

Keywords: sexual violence, perpetrators, public health

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma das etapas de seleção dos estudos	49
Figura 2 - Fluxograma do processo de seleção dos estudos.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Descrição dos estudos incluídos na revisão de escopo sobre autores de violência sexual (n=46).....	57
Tabela 2 - Características do autor da violência sexual e da violência cometida.....	60
Tabela 3 - Descrição do vínculo dos autores de violência segundo os ciclos de vida e sexo da vítima.....	62

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

DDM - Delegacia de Defesa da Mulher

DF - Distrito Federal

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente

EUA - Estados Unidos da América

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

NAFAVD - Núcleo de Atendimento à Família e aos autores de violência Doméstica

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC - Organizações da Sociedade Civil

PNRMAV - Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência

SP - São Paulo

SUS - Sistema Único de Saúde

VPI - Violência por Parceiro Íntimo

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação, intitulada “Autores de violência sexual: uma revisão de escopo”, foi organizado de acordo com o regimento do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e estruturou-se em: introdução, objetivos, revisão de literatura, metodologia e resultados.

Na introdução descrevemos as definições de violência e violência sexual. Abordamos a questão da importância de estudar e compreender os autores da violência sexual e definimos a pergunta de pesquisa que norteia este trabalho. Por fim são apresentados os objetivos da pesquisa.

A revisão de literatura se subdivide em contextos da violência descrevendo questões conceituais sobre gênero, violência, masculinidades e programas de atenção a homens autores de violência. Abordamos ainda, as definições de violência, políticas públicas, autores de violência, prevalência e consequências da violência sexual específica para as vítimas nos ciclos de vida.

A metodologia contextualiza a pesquisa de revisão de escopo conforme proposto por Arksey e O'Malley e descrito no protocolo Joanna Briggs⁽⁹⁸⁾, o qual se estruturou na identificação da pergunta de pesquisa, identificação de estudos relevantes, seleção de estudos, mapeamento de dado e comparação, resumo e relato de dados. Os resultados são apresentados em forma de artigo científico.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	16
2 OBJETIVOS	20
2.1 OBJETIVO GERAL	20
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
3 REVISÃO DE LITERATURA	21
3.1 CONTEXTO DA VIOLÊNCIA	21
3.1.1 Gênero e violência	21
3.1.2 Masculinidades	25
3.1.3 Programas de atenção a homens autores de violência	27
3.2 VIOLÊNCIA SEXUAL E CICLOS DE VIDA	31
3.2.1 Crianças e adolescentes	33
3.2.1.1 Políticas públicas para crianças e adolescentes	33
3.2.1.2 Autores e prevalência de violência sexual contra as crianças e adolescentes	35
3.2.1.3 Consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes	36
3.2.2 Mulheres	37
3.2.2.1 Políticas públicas para as mulheres	38
3.2.2.2 Autores e prevalência da violência sexual contra as mulheres	39
3.2.2.3 Consequências da violência sexual contra as mulheres	41
3.2.3 Idosos	42
3.2.3.1 Políticas públicas para os idosos	42
3.2.3.2 Autores de violência sexual contra os idosos	43
3.2.3.3 Consequências da violência sexual contra os idosos	45
4 METODOLOGIA	46
4.1 IDENTIFICAÇÃO DA PERGUNTA DE PESQUISA	46
4.2 IDENTIFICAÇÃO DE ESTUDOS RELEVANTES	47
4.3 SELEÇÃO DE ESTUDOS	48
4.4 MAPEAMENTO DE DADOS	49
4.5 COMPARAÇÃO, RESUMO E RELATO DE DADOS	50
5 RESULTADOS	51
5.1 ARTIGO – CARACTERÍSTICAS DE HOMENS E MULHERES AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA REVISÃO DE ESCOPO	51
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE A – DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS	81

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. A tipologia da violência ocorre de acordo com as características do autor do ato violento: violência autodirigida; violência interpessoal e violência coletiva. Em relação a natureza dos atos violentos, estes podem ser de natureza física, sexual, psicológica, relacionada à privação ou ao abandono⁽¹⁾.

A violência afeta a saúde do indivíduo e do coletivo e diminui a qualidade de vida das pessoas e das comunidades ao provocar desde danos físicos, materiais, mentais e até a morte. Na área da saúde, gera demandas novos no atendimento dos serviços e necessidade de prevenção e tratamento interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e socialmente engajado⁽²⁾.

Embora o tema da violência tenha sido colocado como uma questão prioritária pela OMS na Assembleia Mundial de 1996, a aproximação da área da saúde com o tema da violência no Brasil só ocorreu em 2001 com a criação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência (PNRMAV) do Ministério da Saúde. Essa política colocou em pauta diversas violências sofridas por grupos específicos como a violência contra a criança e o adolescente, a violência de gênero, a violência contra o idoso, a violência étnica e violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBTI+)⁽²⁾.

Neste trabalho abordaremos especificamente os autores de violência sexual. De acordo com a OMS, a violência sexual é definida como qualquer ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou outro ato dirigido contra a sexualidade de uma pessoa por meio de coerção, por outra pessoa, independentemente de sua relação com a vítima e em qualquer âmbito. A coerção pode abranger todo um espectro de graus de força. Além da força física, pode envolver intimidação psicológica, chantagem ou ameaças - por exemplo, a ameaça de dano físico, de ser despedido de um emprego ou de não conseguir um trabalho. Também pode ocorrer quando a pessoa agredida é incapaz de dar consentimento – por exemplo, enquanto sob efeito de álcool, drogas, dormindo ou mentalmente incapaz de compreender a

situação. A violência sexual inclui estupro, definido como penetração fisicamente forçada ou coagida da vulva ou ânus, usando o pênis, outras partes do corpo ou um objeto⁽¹⁾.

No Brasil, é definido juridicamente como o ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”⁽³⁾. Em 2018 a importunação sexual passou a ser tipificada como crime, ou seja, “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”. Além disso, a oferta, troca, publicação, divulgação, inclusive nos meios de comunicação, de cenas de estupro ou estupro de vulnerável, ou que induza a sua prática, bem como cenas de sexo, nudez ou pornografia sem o consentimento da vítima⁽⁴⁾.

A violência sexual é um fenômeno tão antigo quanto a história da humanidade e tornou-se culturalmente banalizada pela sociedade por conta das desigualdades de gênero baseadas na relação entre sistemas de dominação e produção de diferenças, imposta majoritariamente às mulheres, crianças e adolescentes do sexo feminino, o que não significa, no entanto, que pessoas do sexo masculino ou idosas não sejam também vítimas. A violência sexual, por conta da própria situação, chantagens e ameaças, humilhação e intimidação de quem a sofre, comumente é acompanhada de sentimento de culpa, vergonha e medo, sendo necessário tempo, cuidado e respeito no atendimento e na escuta ofertada nos serviços de saúde e em toda a rede⁽⁵⁾.

Estudos mostram que o autor de violência sexual muda de acordo com o ciclo de vida da vítima. As crianças, por exemplo, por ficarem muito tempo em casa, dependerem dos pais e serem incapazes de julgar o que é certo e o que é errado, são violentadas majoritariamente dentro de casa pelos próprios pais⁽⁶⁾. Na adolescência, com as mudanças que começam a ocorrer no corpo, começa-se a sofrer assédio e violência na rua, por autores desconhecidos. Já as mulheres adultas sofrem violência por parceiro íntimo (VPI) e por desconhecidos e as idosas, por passarem muito tempo em casa, também sofrem violência por parceiro íntimo. Uma pesquisa nacional conduzida nos EUA sobre VPI e violência sexual apontou que quase metade das mulheres vítimas de estupro tinha pelo menos um autor que era conhecido e cerca de 45,4% das mulheres vítimas de estupro tinham pelo menos um

autor que era parceiro íntimo⁽⁷⁾. Veremos mais detalhes dos autores de cada ciclo no capítulo 3.2 – Violência Sexual e Ciclos de vida.

Por conta de todos os tabus que rodeiam a violência sexual, muitas vítimas só conseguem revelar o abuso muitos anos depois de tê-los sofrido, passando anos em silêncio lidando sozinhas com as dores causadas pela violação de seus corpos e direitos humanos. A violência sexual resulta em consequências graves às vítimas. Pesquisas dedicadas ao estudo do abuso sexual entendem que as consequências para as vítimas situam-se nos âmbitos psicológico, psiquiátrico e da sexualidade, dentre as quais as psíquicas têm ganhado especial atenção, manifestando-se de diversas formas⁽⁸⁾. É, portanto, um problema de saúde pública. Para além da saúde, ela exige ações interdisciplinares da sociedade: assistência social, jurídica e de segurança pública.

Os avanços em direitos humanos, legislação e tecnologias somam esforços para o enfrentamento da violência sexual, porém infelizmente ainda são insuficientes para a solução do problema⁽⁵⁾. Tendo em vista esses grupos vulneráveis, o reconhecimento do fenômeno da violência sexual como um importante, complexo e subnotificado problema de saúde pública nas sociedades de países do mundo todo, bem como suas consequências letais e não letais para as vítimas, neste estudo lançaremos um olhar para os autores de violência sexual.

É necessário desmistificar os autores de violência sexual, uma vez que esses indivíduos não são estranhos, nem necessariamente portadores de transtornos mentais, portanto não podem ser reconhecidos por características físicas nem psíquicas. Na verdade, estão em todas as classes sociais, grupos étnicos e faixas etárias. São construídos por uma sociedade que de algum modo legitima essa violência. Esses autores são sujeitos históricos, produtos e produtores de uma sociedade dominada por homens em um sistema de gênero patriarcal, no qual estão inseridos⁽⁹⁾.

Gostaria de frisar que neste trabalho vamos denominá-los como autores e não agressores, perpetradores, violentadores, ofensores ou demais termos, pois não pretendemos julgar nem estigmatizar, mas sim estudar e compreender quem são e quais as características dos autores de violência sexual, uma vez que consideramos de extrema importância o estudo do autor de violência – e não somente da vítima – no combate a violência através de políticas públicas como os programas de atenção

a homens autores de violência, nos quais busca-se conscientizar os autores sobre a violência cometida e a mudança de comportamento, a uma cultura de paz.

Diante deste entendimento de que a violência está enraizada na cultura da sociedade, do crescente interesse científico em entender e combater o fenômeno da violência, da necessidade de se estudar e compreender não somente a vítima, mas também o autor, da ampliação da política pública de atenção a homens autores de violência e diante da escassez de estudos com foco no autor de violência, esta dissertação tem por tema as características dos homens e mulheres autores de violência sexual. Considerando estas questões, a pergunta de pesquisa deste estudo é:

Quais são as características dos autores de violência sexual existentes na literatura?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar informações sobre autores de violência sexual na literatura nacional e internacional.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever dados bibliométricos das publicações sobre os autores de violência sexual;
- Reconhecer as características dos autores de violência sexual em relação a dados socioeconômicos e uso de álcool e outras drogas;
- Descrever os ciclos de vida e vínculos dos autores e das vítimas de violência sexual.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo apresenta os principais conceitos, artigos, legislação e políticas públicas relacionadas ao tema principal, os autores de violência sexual.

3.1 CONTEXTO DA VIOLÊNCIA

Para entendermos o meio no qual o autor de violência sexual está inserido, vamos falar sobre gênero e violência, masculinidades e programas de atenção a pessoas em situação de violência.

3.1.1 Gênero e violência

A violência de gênero inclui a violência perpetrada por homens contra homens, mulheres contra mulheres, mulheres contra homens e homens contra mulheres, no entanto este último cenário se destaca. Ao abordar a violência de gênero contra a mulher é importante levar em conta os condicionantes culturais, econômicos, históricos e sociais que sustentam relações desiguais de poder, como a manutenção por vários anos da escravidão, a inferioridade e a submissão histórica das mulheres⁽¹⁰⁾.

A violência de gênero se caracteriza por qualquer ato de agressão física, de relações sexuais forçadas e outras formas de coerção sexual, maus-tratos psicológicos e controle de comportamento que resulte em danos físicos ou emocionais, perpetrado com abuso de poder de uma pessoa contra a outra, em uma relação marcada pela desigualdade e assimetria entre gêneros. Ela extrapola as relações íntimas entre parceiros, podendo ocorrer entre colegas de trabalho e em outros espaços da sociedade^(11, 12).

Os aspectos culturais envolvidos na construção dos papéis masculinos e femininos legitimam o poder masculino, tornando os homens violentos quando por algum motivo perdem o controle sobre suas companheiras⁽¹³⁾. A violência de gênero constitui-se em formas de opressão e de crueldade nas relações entre homens e mulheres, estruturalmente construídas, reproduzidas na cotidianidade e sofridas principalmente pelas mulheres⁽¹⁴⁾.

A violência de gênero, segundo Saffioti⁽¹⁵⁾:

[...] é tudo que tira os direitos humanos numa perspectiva de manutenção das desigualdades hierárquicas existentes para garantir obediência, subalternidade de um sexo a outro. Trata-se de forma de dominação permanente e acontece em todas as classes sociais, raças e etnias.

Existem registros há pelo menos 2500 anos da construção da ideologia da superioridade do homem sobre a mulher e a violência contra a mulher é um fenômeno registrado desde a Antiguidade. Em nome da honra masculina, das religiões, ideologias e filosofias, mulheres foram e continuam sendo agredidas e mortas no ambiente familiar⁽¹⁶⁾.

A violência de gênero tem a ver com as relações de poder e as características culturais atribuídas a cada um dos. No âmbito das relações de intimidade entre ambos os sexos, ou entre parceiros do mesmo sexo, as mulheres têm sido mais vítimas, particularmente nas sociedades em que as desigualdades entre homens e mulheres são mais marcantes⁽¹⁾. A valorização das atividades desempenhadas pelos homens sobre as desempenhadas por mulheres gradativamente legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia feminina. O estabelecimento de papéis sociais e sexuais, nos quais o homem tem vantagens e prerrogativas, corresponde ao desenvolvimento de estruturas hierárquicas de poder que foram iniciadas nas famílias e que hoje perpassam todas as instancias sociais, sejam elas familiares, civis ou de Estado⁽¹⁶⁾.

Saffioti (2004) destaca que o ser humano detém a capacidade de simbolizar, atribuindo significado às suas ações e a dos outros, aos objetos e aos fatos. Em decorrência desse processo cultural de simbolização em nossa sociedade, a imagem do homem passa a ser do poderoso em detrimento das outras categorias que são vistas como frágeis. Há um território simbólico no qual os homens reinariam soberanos sobre mulheres, crianças, adolescentes e idosos⁽¹⁷⁾.

Atos de agressão, assassinatos e estupros de mulheres têm acontecido ao longo da história em praticamente todos os países sob diversos regimes econômicos e políticos. No Brasil, o assassinato de mulheres era legítimo antes da República. A relação sexual da mulher, fora do casamento, constituía adultério e o Código Criminal de 1830 atenuava o homicídio praticado pelo marido quando houvesse

adultério. Se o marido mantivesse relação constante com outra mulher, no entanto, esta situação constituía concubinato e não adultério. Somente em 1916 o Código Civil passou a considerar o adultério de ambos razão para desquite. Entretanto, até hoje mulheres são assassinadas por companheiros e ex-companheiros ⁽¹⁸⁾.

No início do século XX o movimento de mulheres que reivindicavam o direito ao voto, conhecido como sufrágio, deu visibilidade e expressão às manifestações contra as discriminações e se espalhou por vários países ocidentais. O sufrágio atualmente é conhecido como a “primeira onda” do feminismo. As conquistas dessa primeira onda, no entanto, só ocorreram em alguns países e em seguida houve uma certa acomodação do movimento. Já a segunda onda que surgiu no final da década de 1960 foi além das preocupações sociais e políticas e passou-se a problematizar o conceito de gênero. As feministas anglo-saxãs foram pioneiras ao distinguir o termo *gender* (gênero) de *sex* (sexo), a fim de rejeitar um determinismo biológico implícito em termos como sexo ou diferença sexual⁽¹⁹⁾.

Scott (1995) explica que ao se rejeitar as diferenças atribuídas a homens e mulheres com base em explicações biológicas, o termo gênero passa a indicar que são as construções culturais e a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres que definem seus lugares e papéis na sociedade. A autora define gênero como uma categoria social imposta sobre os corpos sexuados que também oferece uma distinção entre prática sexual e papéis sexuais ao enfatizar um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é determinado pelo sexo, assim como não determina diretamente a sexualidade⁽²⁰⁾.

Sendo assim, o movimento feminista teve grande importância ao questionar, de forma profunda a desigualdade secular entre masculino e feminino. O termo gênero foi pego emprestado da gramática e foi criado o conceito de gênero como resistência ao determinismo biológico, começou-se então a pensar a mulher enquanto sujeito social e histórico e a se reivindicar a igualdade de homens e mulheres⁽²¹⁾.

No Brasil, a partir do ano de 1970, grupos de movimentos feministas surgiram com o objetivo de lutar contra as discriminações e violência contra a mulher no Brasil. Elas também lutavam contra a impunidade de muitos assassinos que matavam sob o argumento de legítima defesa da honra. Um caso que ganhou notoriedade foi o de Ângela Maria Fernandes Diniz, socialite morta pelo seu ex-marido com uma arma de fogo, pois ele não aceitou o fim da relação. Inicialmente

ele foi absolvido com o argumento de que o crime foi em “legítima defesa da honra”, porém em um segundo julgamento acabou condenado a quinze anos de prisão devido à grande repercussão do caso e mobilização popular inédita. As mulheres fizeram campanha em torno do lema: “quem ama não mata”⁽²²⁾.

Nas pesquisas baseadas na teoria feminista as mulheres não aparecem como agressoras e quando usam violência contra os parceiros alegam autodefesa, defesa dos filhos ou medo. Enquanto os sociólogos da família estudam a simetria (igualdade) entre os sexos na perpetuação dos atos violentos. Para eles, a questão de gênero não é reconhecida como um fator que influencia a perpetuação da violência. Os sociólogos argumentam que a violência deve ser abordada como uma dinâmica relacional, exercida tanto por homens quanto por mulheres, argumentam que a noção de patriarcado desconsidera os diversos papéis que as mulheres assumem atualmente na sociedade ⁽²³⁾.

De acordo com o sociólogo Johnson, a violência situacional entre parceiros é o tipo mais recorrente de violência entre casais e ocorre quando as tensões ou emoções resultantes de uma discussão específica levam um dos elementos do casal a reagir com violência. Não se trata de exercer controle e poder sobre o parceiro, nem a predominância de um sexo como principal agressor. Os atos de violência, frequentemente, são vistos como única forma de comunicação entre o casal. Pode ocorrer um único episódio, ou sempre que houver divergência de opinião. Pode se tornar uma dinâmica cíclica e crônica se não rompida, porém dificilmente os atos se agravam com o tempo nem causam ferimentos graves⁽²⁴⁾.

A bi direcionalidade do fenômeno da violência tira o homem do lugar exclusivo de autor da violência, configurando-o também como o que sofre. Enquanto as mulheres estão associadas às formas de submissão, os homens, por outro lado, se encontram enclausurados nas formas de dominação. Dominação e submissão são noções eminentemente relacionais, de homens para com outros homens, de mulheres para com outras mulheres, e de homens para com as mulheres. O machismo não pode ser atribuído exclusivamente aos homens, mas igualmente as mulheres, isto é, tanto homens quanto mulheres são produtos de uma sociedade machista e sexista ⁽²⁵⁾.

Reconhecer que o homem pode estar no papel de vítima é algo relativamente novo para a sociedade, pois em geral os homens são mais fortes do que as mulheres, por isso, parecem ser menos vulneráveis à violência perpetrada

pela parceira⁽²⁶⁾. No entanto, pesquisas vêm desvelando este mito e evidenciando que os homens também sofrem violência. O conhecimento que temos sobre o número de homens que sofrem violência é subestimado devido à relutância em procurar ajuda. O estigma de ser vítima, a sensação de fracasso por conta do estereótipo machista, o medo da descrença, a negação da condição de vítima, a falta de apoio da sociedade, família e amigos são motivos da invisibilização do homem vítima⁽²⁷⁾.

No entanto, é importante ressaltar que apesar de a mulher também ser autora de violência contra o homem, essas agressões não ocorrem na mesma intensidade e severidade da violência dirigida a ela pelo homem⁽²⁰⁾. A mulher sofre mais assédio, objetificação do corpo, perde mais oportunidades de emprego simplesmente por ser mulher, tem menores salários exercendo o mesmo cargo, além dos crescentes casos de feminicídio. A agressão sexual, especificamente, é um crime desproporcionalmente mais sofrido por mulheres que por homens. Por isso, no capítulo Masculinidades, vamos abordar a construção social do que é sentir, agir e pensar como homem em sociedade.

3.1.2 Masculinidades

Os estudos acerca da masculinidade, pouco evidenciados no início do feminismo, que queria evidenciar as mulheres, começaram a surgir na segunda metade do século XX, ganharam relativa proporção na década de 70 e se difundiram com mais destaque na década de 80 nos países anglo-saxões. A partir de então, passou-se a incorporar os estudos sobre homens dentro dos estudos de gênero, ampliando o campo de pesquisa. A diferenciação entre sexo e gênero teve grande importância para compreensão da masculinidade como uma construção social⁽²⁸⁾.

Quando falamos em masculinidades, estamos falando de vários jeitos de ser homem. A cultura machista e patriarcal criou uma hierarquia entre os homens ao valorizar o homem branco, europeu e heterossexual, ao mesmo tempo em que marginaliza e discrimina outros homens, como os negros, latinos e gays⁽¹⁶⁾.

Tanto na cultura ocidental quanto na cultura brasileira a noção de homem que se impõe sobre os demais é a do homem branco, de classe média alta, de meia-idade e heterossexual. A partir deste referencial são estabelecidos os padrões e referências que devem ser adotados por todos os demais, de outras raças e classes

sociais. A formação da identidade dos homens segundo esse modelo hegemônico começa na família e se estende a todas as instâncias sociais^(29, 30).

O jeito de ser homem no Brasil é resultado de um processo histórico que foi aprendido, ensinado, imitado e reproduzido ao longo dos anos. Desde 1500, os homens que chegaram ao Brasil usaram de violência, primeiro contra os povos originários, depois contra os escravos africanos. No Brasil-Colônia, a sociedade era patriarcal e o pai-patrão tinha poder e controle sobre suas terras, posses e mulheres. O castigo físico era comum contra os filhos, mulheres e escravos. Essa violência era corroborada por instituições como o rei e igreja⁽³¹⁾.

Posteriormente, surgiu o Estado brasileiro e com ele as leis, porém estas eram escritas por homens e as mulheres continuaram sem direitos. Os homens controlavam suas irmãs, suas mães, suas esposas. A sexualidade feminina era controlada pelos padres, pais, irmãos, pelos homens e deveria ser exercida somente para reprodução. Já um homem “de família”, mesmo que frequentasse locais de prostituição, continuava sendo respeitado pela sociedade enquanto a mulher só poderia ser respeitada se fosse mãe e dona de casa⁽³¹⁾.

O gênero feminino é definido tradicionalmente em relação à esfera familiar e à maternidade em oposição à construção social do gênero masculino, cuja atividade é na esfera pública, provedor e protetor da família. Apesar de que nestas mesmas sociedades atualmente as mulheres ocupem seus lugares no mercado de trabalho e no espaço público, a distribuição social da violência reflete a tradicional divisão dos espaços, na qual o homem é vítima da violência na esfera pública, e a mulher no âmbito privado⁽³²⁾.

Homens e mulheres crescem internalizando expectativas da sociedade sobre seus comportamentos. Dos homens, espera-se que sejam fortes, ativos, destemidos e competidores, a fim de que possam sustentar a família. Logo, são incentivados a desenvolver habilidades físicas, técnicas e intelectuais voltadas a resolução de problemas práticos. Outras capacidades tendem a ser negligenciadas, sobretudo as consideradas femininas, como os cuidados com a casa e com os filhos, expressão de sentimentos e necessidades⁽³³⁾.

Tudo o que é feminino, é desvalorizado. Valoriza-se o homem macho e desvaloriza-se o homem feminino. O homem com fala delicada é discriminado, o que se senta de pernas cruzadas, “como uma mulher”, pode ser ridicularizado. O homem gay, muitas vezes é morto. Entre as meninas é permitido demonstrar carinho e

cuidado. Já entre os meninos, o toque carinhoso é proibido. O único toque permitido entre dois homens é o tapa⁽³¹⁾.

Homens tendem a crescer com baixas habilidades de comunicação e de expressão emocional. A raiva torna-se um dos poucos sentimentos que pode ser expressado com aprovação social. Além disso, os homens sofrem pressão para serem viris e aderir a certos padrões e papéis que colocam em risco tanto a sua integridade física quanto psíquica e emocional. Esse aprendizado desde a infância pode levar o homem adulto a incapacidade em comunicar suas emoções e demandas afetivas e, conseqüentemente, a se expressar através da agressividade, do controle e da violência⁽²⁹⁾.

Todo esse jeito de ser homem traz conseqüências para a própria saúde e vida. Nos espaços públicos, os homens são os principais autores de violências e as maiores vítimas de mortes por causas externas tais como acidentes de trânsito, assassinatos por armas de fogo, quedas ou afogamentos. Também são maioria entre as mortes por suicídio. Homens também correm mais riscos de morte por intoxicação devido a overdoses de drogas⁽³⁴⁾.

A cultura machista e patriarcal mantém e reproduz relações de dominação levando a desigualdades, violências e discriminações contra a pessoa humana. Construir uma sociedade menos violenta, com homens menos violentos, é possível, afinal o homem não é naturalmente violento, mas aprende a sê-lo. Conviver em grupo com homens não-violentos pode despertar outros discursos masculinos, usualmente não aceitos no dia a dia da cultura patriarcal. No próximo capítulo abordaremos políticas públicas de atenção a homens autores de violência.

3.1.3 Programas de atenção a homens autores de violência

Para que a política pública de enfrentamento da violência contra a mulher seja integral, ela precisa ir além das respostas penais aos homens autores, as quais são também necessárias, porém incapazes de isoladamente promover mudanças culturais. Na verdade, o ideal é combinar e equilibrar medidas de prevenção, proteção, assistência e punição.

Os primeiros grupos com homens autores de violência tinham por objetivo responsabilizar os autores em relação à violência exercida e à mudança das relações abusivas e opressoras contra as mulheres e rejeitavam a ideia de que

fossem tratamentos, como muitas vezes eram classificados. Esses trabalhos surgiram pela primeira vez nos Estados Unidos na década de 1970 por iniciativa de grupos de homens pró-feministas e logo se expandiram para o Canadá com diferentes metodologias⁽³⁵⁾.

O programa mais antigo é o *Counseling and Education to Stop Domestic Violence* (EMERGE), ele surgiu em 1977 com uma concepção feminista nos Estados Unidos. Outro programa que é referência internacional é modelo *Domestic Abuse Education Program* (DULUTH), criado no Minnesota (EUA) e de base conceitual cognitivo-comportamental. Na Europa, o programa *UK Membership Association for Domestic Violence Perpetrator Programmes and Associated Support Services* (RESPECT) realiza ações integradas com os serviços de atendimento às mulheres. Também na Europa o programa *Work with Perpetrators of Domestic Violence in Europe* (DAPHNE) desde 2006 provê uma ampla base de informações sobre as intervenções com homens na Comunidade Européia⁽³⁵⁾. A maior parte destes programas busca a responsabilização destes homens frente à violência perpetrada, com o desenvolvimento de trabalho grupal psicoeducativo e reflexivo, com foco em questões relacionadas às ideias sexistas e estereótipos de gênero, em alguns casos sob um viés feminista^(36, 37).

Iniciativas parecidas surgiram mais tarde na América Latina e no México na década de 1990 se expandiram para outros países, como Peru, Argentina, Brasil e América Central⁽³⁸⁾. As metodologias desses programas são majoritariamente abordagem em grupo, por meio de oficinas, sendo que alguns fazem também atendimentos individuais. As linhas teóricas são diversas, com perspectivas terapêuticas/psicologizantes (desde a terapia sistêmica até a psicanálise lacaniana), outras com perspectivas de gênero e feminista (foco nas relações de poder e na construção de masculinidades) e outras de cunho cognitivo-comportamental⁽³⁸⁾. Além das diversas linhas teóricas, esses programas têm recebido diversas nomenclaturas: “de reabilitação”, “educativos”, “psicoeducativos”, “reflexivos”, “terapêuticos” e “de reeducação”. Essa variedade de compreensões está ligada aos diferentes métodos, perspectivas teórico-epistemológicas e objetivos adotados por tais iniciativas⁽³⁹⁾.

A OMS realizou um mapeamento sobre intervenções com homens autores de violência contra as mulheres em todo o mundo e foram identificados 56 programas em 38 países, destes, seis na América Latina. A atividade principal é a

atenção terciária, ou seja, qualquer ação destinada à mudança de comportamento abusivo de uma pessoa que psicologicamente, sexualmente, emocionalmente ou verbalmente, violenta e controla sua/seu parceira(o)⁽³⁶⁾.

No Brasil, os programas ou experiências de intervenção são recentes, alguns ainda projetos temporários, com exceção de programas de instituições como o Instituto Noos, que foi pioneiro no campo em 1999, o programa municipal da Prefeitura de Blumenau que iniciou em 2001 e o Programa Albam de Belo Horizonte que iniciou em 2005⁽⁴⁰⁾. Em levantamento mais recente, entre 2015 e 2016, foram identificadas 41 iniciativas em todo o país. Dos 26 que responderam um questionário, cinco programas eram executados por organizações da sociedade civil (OSC), 19 tinham caráter governamental, como prefeituras, universidades públicas, setor judiciário ou secretarias especializadas, e dois funcionam em parceria entre OSC e instâncias governamentais. Embora com objetivos diferentes, o enfoque no enfrentamento e na prevenção da violência doméstica e de gênero contra as mulheres eram comuns a todos. Objetivos como a responsabilização do homem autor de violência e o foco na diminuição da reincidência da violência doméstica e de gênero apareceram na maioria dos programas (n=16). Em relação às bases epistemológicas e teóricas, as teorias de gênero ainda são predominantes (n=22)⁽⁴¹⁾.

Embora seja citado na Lei 9.099 de 1995 que o nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz pode determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação, foi com a lei Maria da Penha que os programas e projetos voltados para os autores passaram a ser fomentados de maneira mais ampla no país, fato que tem provocado algumas práticas, antes isoladas na intervenção local, a se colocarem no campo do debate político e acadêmico acerca dos inúmeros aspectos que poderão ou não legitimar essas ações⁽³⁵⁾.

Até 2020, não havia iniciativa dessa natureza em âmbito nacional. Foi a alteração na Lei Maria da Penha (nº 11.340), durante a pandemia do novo Coronavírus, que estabeleceu a compulsoriedade do comparecimento dos autores a programas de recuperação e reeducação. Diz a lei que "a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite de suas competências [...] centros de educação e de reabilitação para os agressores". Ainda prevê, em casos de violência doméstica contra a mulher, que o juiz pode determinar o comparecimento obrigatório do autor a programas de recuperação e reeducação.

Essa última modificação da lei Maria da Penha vem para reforçar os programas com homens autores, no entanto ainda existem muitos desafios a serem superados, a saber: os programas tem efeitos positivos, porém modestos, ainda não existe comprovação científica de qual abordagem é a mais eficaz⁽⁴²⁾, as políticas públicas ainda são ineficientes, as mudanças de gestão interrompem serviços iniciados por questões políticas, desconhecimento sobre serviços similares para troca de experiências, necessidade de capacitação continuada, escassez de recursos e dificuldades de gestão⁽⁴⁰⁾. Contudo é no âmbito da avaliação que se encontra umas das maiores e principais demandas destes programas, pois os efeitos da participação neles são pouco conhecidos⁽³⁸⁾.

Montero e Bonino, com base em pesquisas e meta-análises sobre programas de intervenção, sugerem que os programas devem se basear na orientação de gênero e fazer parte de um sistema mais amplo de intervenções coordenadas, os profissionais devem ser qualificados e supervisionados permanentemente, o modelo multidimensional com perspectiva de gênero, que inclua as dimensões cognitiva, comportamental, emocional e histórica do comportamento violento é o mais apropriado, não se deve abordar a violência de forma inespecífica e deve-se explicitar seus limites.

A admissão no programa deve ser precedida de uma avaliação individual do participante, a intervenção deve incluir componentes educacionais, cognitivos, emocionais e comportamentais, cuja duração e graduação devem ser de acordo com o caso, o programa não deve durar menos de um ano. O ideal é combinar intervenção em grupo e individual, deve incluir um sistema de avaliação, que inclua medidas pré e pós intervenção, e que considere que o período de 15 meses após a finalização da intervenção é o mínimo para comprovar a consolidação das mudanças, não deve ser uma alternativa a sanção penal. Os programas subvencionados pelo poder público não podem ser separados de controle de qualidade e por fim, esses critérios devem ser atualizados de acordo com novos conhecimentos, investigações e evidências⁽⁴³⁾.

Ao considerarmos que estamos diante de uma relação, não apenas de 'um agressor' e de 'uma vítima', os serviços de reflexão com homens autores de violência podem ser compreendidos não como uma ação destinada aos homens exclusivamente, mas a eles, às suas ex e atuais companheiras, filhos e familiares e, com um olhar mais amplo, a toda a sociedade, que pode reconhecer nesses

serviços um importante investimento no combate à violência doméstica e outras formas de opressões de gênero⁽³⁵⁾.

Homens que participaram de um estudo de caso no Núcleo de Atendimento à Família e aos autores de violência Doméstica (NAFAVD), o qual atende a região do Distrito Federal (DF), relataram mudanças positivas após a participação em grupos para homens autores de violência. A maioria (97,67%) dos homens relataram ser improvável ou muito improvável bater na companheira e 84,88% afirmaram que nada os levaria a agredir fisicamente a parceira. No intuito de evitar novas situações violentas, a principal estratégia utilizada por esses homens (31,40%) foi se afastar da companheira, sair para se acalmar (22,09%) e discutir sobre os problemas e suas soluções (22,09%)⁽⁴⁴⁾. No próximo capítulo vamos nos aprofundar na violência sexual em cada ciclo de vida.

3.2 VIOLÊNCIA SEXUAL E CICLOS DE VIDA

Neste capítulo veremos as definições de violência sexual para cada ciclo de vida. Começando pelas crianças e adolescentes, a OMS classifica a violência contra a criança em quatro tipos: o abuso físico, sexual, emocional ou psicológico e negligência, os quais podem resultar em danos físicos, psicológicos, prejuízo ao crescimento, desenvolvimento e maturação das crianças⁽⁴⁵⁾. O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos⁽⁴⁶⁾, a ONU considera criança a pessoa de até dez anos incompletos, adotaremos neste estudo a definição da ONU por ser a utilizada na literatura internacional.

A violência sexual ocorre quando uma criança é submetida à atividade sexual a qual não possa compreender, com a qual ela tem o desenvolvimento incompatível e que não possa dar consentimento e/ou que viole as leis ou as regras (acordos institucionais) da sociedade⁽⁴⁷⁾.

De acordo com a OMS, existem três tipos distintos de abuso sexual infantil: abuso sexual sem contato (ameaças de abuso sexual, assédio sexual verbal, solicitação sexual, exposição indecente, exposição da criança à pornografia por exemplo); abuso sexual com contato envolvendo intercurso sexual (agressão sexual ou estupro, por exemplo); e, abuso sexual com contato mas sem intercurso sexual, porém incluindo outros atos tais como toques inapropriados, beijos e carícias⁽⁴⁸⁾.

É importante perceber que a violência contra a criança baseia-se em relações de poder. O perpetrador inicialmente fornece atenção especial à criança, conquistando aos poucos sua confiança. Após um período a relação começa a ficar sexualizada, com a violação da privacidade da criança por parte do autor, iniciando conversas e contato de cunho sexual. O autor procura justificar seu comportamento com a desculpa de que essas experiências são normais ou instrutivas⁽⁴⁹⁾. Assim, os adultos que deveriam proteger as crianças, as submetem ao poder autoritário, totalitário e violento em diversas instituições: famílias, escolas, igrejas, serviços de assistência e de ressocialização⁽⁵⁰⁾.

Em relação ao ciclo de vida adulto, a ONU define a violência contra as mulheres como "qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada" ⁽⁵¹⁾. A violência por parte do parceiro se refere ao comportamento de um parceiro ou ex-parceiro que causa danos físicos, sexuais ou psicológicos – incluindo agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos de controle.

A violência conjugal é perpetrada pelo parceiro ou cônjuge, e ex-parceiro quando a relação termina, e diz respeito a qualquer comportamento dentro de um relacionamento íntimo que cause danos físico, moral ou sexual ao companheiro. A violência pode acontecer tanto dentro quanto fora da unidade doméstica e independente de coabitação⁽⁵²⁾.

Em relação aos idosos, estes são cada vez mais numerosos no Brasil, uma vez que o país está passando por um processo de envelhecimento. Há pelo menos uma pessoa idosa em 26% dos lares brasileiros e cerca de 130 mil pessoas com idade acima de 100 anos no país⁽⁵³⁾. Essa transição demográfica leva ao surgimento de novos desafios no que tange à formulação de políticas públicas e de ações de promoção e prevenção à saúde. Passam a ganhar destaque também os problemas a partir desse cenário de transição demográfica, como os maus-tratos às pessoas idosas, que vêm crescendo de forma expressiva nos últimos anos e já é reconhecido como um problema de saúde pública⁽⁵⁴⁾.

A OMS define a violência contra idosos como sendo qualquer ato ou falta de ato, único ou repetido, proposital ou impensado que cause danos e sofrimento desnecessário e uma redução de qualidade de vida da pessoa idosa. A violência

pode ser praticada dentro ou fora do ambiente doméstico, por algum membro da família ou por pessoas que exerçam uma relação de poder sobre a pessoa idosa, por exemplo, os cuidadores^(55, 56).

Nos capítulos seguintes descrevemos as políticas públicas, autores da violência sexual, prevalência da violência sexual e consequências para cada ciclo de vida: criança e adolescente, mulher adulta e idoso.

3.2.1 Crianças e adolescentes

Neste capítulo, vamos abordar as políticas públicas, os autores, prevalência e consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes.

3.2.1.1 Políticas públicas para crianças e adolescentes

Desde o fim dos anos 80 o Brasil enfrenta a violência sexual infantil com programas, políticas e leis. Destaca-se a Constituição Federal de 1988 pela importância atribuída ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8069/90), marco legal de proteção aos direitos da Criança e do Adolescente⁽⁵⁷⁾.

A Constituição Brasileira de 1988 foi uma resposta aos movimentos sociais que solicitavam do Estado brasileiro uma ação formal frente a violência sexual contra crianças e adolescentes, até então velada, pouco discutida e pouco assumida pelas políticas públicas⁽⁵⁸⁾. Ela representou uma conquista de ampliação dos direitos políticos e sociais e foi de grande relevância à garantia dos direitos à dignidade da pessoa humana e ao exercício da cidadania. A partir dela, foi elaborado em 1990 o ECA, sob a Lei nº 8.069/90⁽⁵⁷⁾.

O preceito norteador do ECA é o princípio da proteção integral e considera crianças como cidadãs em desenvolvimento e sujeitos de direitos. No ECA foram ampliados os poderes dos cidadãos e dos municípios na gestão de assuntos relativos às crianças e aos adolescentes, permitindo que a sociedade valide seus direitos declarados na Convenção Internacional e na Constituição Federal. No Artigo 13 está determinada a obrigatoriedade de denunciar aos Conselhos Tutelares todos os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus tratos contra crianças⁽⁵⁹⁾.

Mais tarde, em 2006 foi criado, com a resolução número 113, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)⁽⁵⁸⁾. Ele tem como competência fiscalizar as ações de execução, observando as diretrizes elencadas no ECA, fiscalizando o cumprimento da política nacional. Além disso, presta suporte aos Conselhos Estaduais e Municipais, além de entidades não governamentais, possibilitando a efetivação dos princípios e diretrizes trazidos pelo Estatuto⁽⁶⁰⁾.

O CONANDA aprovou o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil no ano 2000. Uma de suas diretrizes era a ampliação e articulação de políticas, programas, ações e serviços para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, que deveriam ser implementadas até o ano de 2020⁽⁵⁸⁾.

A obrigatoriedade da notificação dos casos suspeitos ou confirmados de maus tratos contra crianças atendidos nas entidades do SUS começou a valer em 2001, por meio da Portaria nº 1.968 do MS. Essa portaria determina que a comunicação dos casos também deve ser encaminhada para a vigilância epidemiológica municipal e ao conselho tutelar⁽⁶¹⁾.

A Portaria nº 1271 de 6 de junho de 2014 inseriu a violência sexual e tentativa de suicídio como agravo de notificação compulsória imediata pelos profissionais de saúde à vigilância epidemiológica. Por ser compulsória e imediata, em até 24 horas após o atendimento a notificação deve chegar às secretarias municipais de saúde que deverá encaminhar a um órgão de proteção à criança e ao adolescente⁽⁶²⁾.

A atual Portaria que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional manteve a orientação da notificação compulsória e imediata (Portaria GM/MS nº 204 de 17 de fevereiro de 2016)⁽⁶³⁾. A Portaria de Consolidação nº 4 de 28 de setembro de 2017, no seu Anexo V, é a portaria ministerial vigente que trata da notificação compulsória de violências interpessoais e autoprovocadas nos serviços de saúde públicos⁽⁶⁴⁾.

Em 2012 foi sancionada a Lei nº 12.650/2012 em relação à penalização do autor do abuso sexual infantil. Essa lei foi batizada de Joanna Maranhão, em referência à nadadora brasileira que sofreu abuso sexual na infância pelo seu treinador. A lei altera o código penal para que a contagem do prazo de prescrição de crimes sexuais contra crianças e adolescentes seja calculada a partir de quando as

vítimas completam 18 anos e não mais da data de quando o abuso foi praticado. Essa alteração legal dá a vítima mais tempo para a tomada de decisão quanto à denúncia do abuso, inclusive num momento de sua vida em que é adulta⁽⁶⁵⁾. Espera-se que essa lei contribua na diminuição da impunidade entre autores de crime dessa natureza.

3.2.1.2 Autores e prevalência de violência sexual contra as crianças e adolescentes

Uma meta-análise analisou 65 estudos de 22 países e estimou um “número internacional geral”, estima-se que 7,9% dos homens e 19,7% das mulheres sofreram abusos sexuais antes dos 18 anos de idade, a maior taxa de prevalência foi observada na África (34,4%). Europa, América e Ásia tiveram taxas de prevalência de 9,2%, 10,1% e 23,9%, respectivamente. Com relação ao abuso sexual de crianças do sexo feminino, sete países relataram taxas de prevalência superiores a um quinto: 37,8% na Austrália, 32,2% na Costa Rica, 31% na Tanzânia, 30,7% em Israel, 28,1% na Suécia, 25,3% nos EUA, e 24,2% na Suíça⁽⁶⁶⁾.

Nos EUA, uma em cada 9 meninas e 1 em 53 meninos com menos de 18 anos sofrem abuso sexual, 82% de todas as vítimas menores de 18 anos são mulheres e as adolescentes entre 16 a 19 anos têm 4 vezes mais chances que a população em geral de serem vítimas de estupro, tentativa de estupro ou agressão sexual⁽⁶⁷⁾.

Um estudo avaliou 4.085 notificações de violência contra crianças e adolescentes realizadas por 429 serviços sentinelas em São Paulo (SP) e revelou a predominância de casos de violência física isolada ou associada a abuso psicológico (34,0%). A violência sexual isolada (33,2%), a negligência/abandono (13,9%), outros tipos e formas múltiplas (8,8%), violência sexual associada à violência física (7,1%) e violência psicológica (3,0%) vieram em seguida. As meninas foram mais vítimas de violência sexual (33,2% do total de casos no sexo feminino) em relação aos meninos (19,5% do total de casos no sexo masculino)⁽⁶⁸⁾.

O autor da violência em 43,8% dos casos eram os responsáveis pelas vítimas: mãe (18,6%), pai (14,8%), padrasto (9,3%) e madrasta (1,2%) e conhecidos, incluindo outros familiares (29,0%). Os desconhecidos foram responsáveis por 7,9% dos casos. A maior parte desses autores era do sexo masculino (72% do total),

porém chama a atenção a alta proporção de mães como autoras de agressão contra os meninos⁽⁶⁸⁾.

As crianças/adolescentes que mais sofreram violência sexual também eram do sexo feminino (84,4%) em estudo catarinense que analisou dados de registros de notificações, tanto do Conselho Tutelar como do Programa Sentinela, do município de Itajaí. A violência sexual foi mais frequente no ambiente intrafamiliar (48%), tendo como principais agressores tios e primos (26,9%), seguindo-se o próprio pai (17,8%). O abuso sexual vitimizou crianças e adolescentes com idade entre os 7 e 10 anos (16,5%), e os tipos de violência mais frequentes foram atos libidinosos (39,7%), seguido de estupro (20,5%)⁽⁶⁹⁾.

Um estudo brasileiro encontrou que a maioria das vítimas mais uma vez era do sexo feminino (75,5%), cor de pele branca (78,0%) e não possuía deficiência (94,5%). A faixa etária mais acometida no sexo feminino foi a de 10 a 15 anos (41,2%); no masculino, de 2 a 6 anos (42,5%). Os meninos foram mais vítimas de abuso recorrente (58,8%). A faixa etária mais acometida no sexo feminino foi a de 10 a 15 anos (41,2%); no masculino, de 2 a 6 anos (42,5%). Os autores de abuso sexual eram em 66,5% dos casos conhecidos das vítimas, majoritariamente do sexo masculino (91,9%), não haviam consumido álcool no momento do abuso 68,6% e agiram sozinhos 85,2%⁽⁷⁰⁾.

Dentre as crianças que precisaram de atendimento em serviços de emergência de diversas cidades do Brasil, 3,5% foram vítimas de violência sexual, sendo mais frequentes as vítimas do sexo feminino, com idades de 5 a 9 anos, de cor branca, com ocorrência na residência e predomínio de agressor do sexo masculino. O autor desconhecido (8,2%) foi o mais frequente entre as vítimas de violência sexual⁽⁷¹⁾.

Os números confirmam que as crianças e adolescentes sofrem mais violência dentro das próprias casas e de parentes próximos, locais e pessoas com os quais deveriam estar protegidas.

3.2.1.3 Consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes

A primeira exposição ao abuso sexual infantil está relacionada ao aumento de risco futuro de problemas de saúde mental, incluindo depressão, desordem de ansiedade, desordem de personalidade antissocial, consumo de substâncias de

abuso e risco de suicídio. Estimativas sugerem que a exposição ao abuso sexual corresponde a 13,1% das causas dessas desordens⁽⁷²⁾. O abuso no qual ocorre penetração e tem como autor o pai ou o padrasto está associado a grande sofrimento psicológico em longo prazo⁽⁷³⁾.

Os efeitos do abuso sexual infantil incluem comportamentos introspectivos, tais como distúrbios alimentares e do sono, medos e fobias, depressão, vergonha, raiva, hostilidade. Outras associações na infância são com baixa autoestima, transtorno do estresse pós-traumático, comportamentos regressivos e neuróticos, delinquência e variadas desordens de comportamento. Esses problemas psicológicos permanecem mais comumente nos que foram vítimas de abuso sexual na infância⁽⁷²⁾.

Um estudo conduzido em Santa Catarina apontou graves consequências da violência sexual para as vítimas adolescentes, tais como gravidez, infecções sexualmente transmissíveis e até morte. Para as adolescentes destacam-se o maior número de agressões notificadas na faixa etária entre 10 e 14 anos, a ocorrência de repetição, os agressores de seu convívio e o maior número de gravidez, quando comparadas com mulheres adultas⁽⁷⁴⁾.

Por ficarem a maior parte do tempo em casa, manterem laços de dependência, sentimento e convivência e serem incapazes de julgar o que é certo e o que é errado, as crianças são naturalmente indefesas e susceptíveis, sendo violentadas majoritariamente dentro de casa e pelos pais. Mudanças culturais vêm ocorrendo no sentido de diminuir o poder dos pais sobre a criança, o que leva à mudança da percepção da violência como algo natural ou de direito exercido legitimamente sobre a criança. O Estatuto da Criança e Adolescente, os Conselhos Tutelares, a organização dos sistemas locais de saúde e a criação dos serviços de prevenção de violência são ações que contribuem para o aumento dos registros e da comunicação da violência infantil⁽⁶⁾.

3.2.2 Mulheres

Em seguida, as mulheres serão o tema das políticas públicas, autores, prevalência e consequências da violência sexual.

3.2.2.1 Políticas públicas para as mulheres

No que se refere a Políticas Públicas para enfrentamento da violência contra a mulher, a criação da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) deu maior visibilidade à problemática da violência contra a mulher e foi uma medida pioneira do Brasil, sendo adotada por outros países da América Latina.

Em 1994, a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), aprovou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, mais conhecida como Convenção de Belém do Pará, tendo o Brasil como signatário⁽⁴⁶⁾. A Convenção de Belém do Pará, define violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”⁽⁷⁵⁾.

A Lei Maria da Penha incluiu mais duas formas de violência, a moral e a patrimonial que, somadas às violências física, sexual e psicológica, totalizam as cinco formas de violência doméstica e familiar, além de criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A pena máxima para o crime de lesão na violência doméstica passou de 1 ano para 3 anos de detenção e deixou de ser crime de menor potencial ofensivo. Os autores deixaram de receber penas brandas, como pagamento de multas e cestas básicas⁽⁷⁶⁾.

O Código Penal foi alterado em 2015 para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e é considerado um crime hediondo. O feminicídio é desde então compreendido como homicídio qualificado contra as mulheres “por razões da condição de sexo feminino”⁽⁷⁷⁾.

Em 2019 a Lei Maria da Penha foi alterada e o autor passou a ser responsabilizado pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar. Os dispositivos de segurança, caso tenham sido utilizados por conta de perigo iminente ou usados para monitorar vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas também deverão ser ressarcidas pelo autor⁽⁷⁸⁾.

A implementação da Lei Maria da Penha pela sociedade e pelos órgãos de Estado depende da compreensão da categoria gênero e da não compactuação com a violência de gênero, com vistas à igualdade, ou seja, de uma divisão social que

não coloque as mulheres numa posição inferior ou discriminatória em razão de estereótipos sobre os papéis que desempenham na família e na sociedade⁽⁷⁹⁾.

3.2.2.2 Autores e prevalência da violência sexual contra as mulheres

Estudo multicêntrico da OMS, realizado de 2000 a 2003, com mais de 24 mil mulheres com idades 15 a 49 anos, em áreas urbanas e rurais de dez países revelou que entre 15% e 71% das mulheres sofreram violência física e/ou sexual por um parceiro íntimo em algum momento de suas vidas. No Brasil, segundo o estudo, 10,1% e 14,3% das mulheres residentes em áreas rurais e urbanas, respectivamente, reportaram ter sofrido violência sexual por parceiro íntimo pelo menos uma vez na vida⁽⁸⁰⁾.

Uma pesquisa nacional conduzida nos EUA sobre VPI e violência sexual apontou que cerca de 19,3% das mulheres foram estupradas durante a vida. A penetração forçada ocorreu com cerca de 11,5% das mulheres. As prevalências de estupro por parceiro íntimo na vida e em 12 meses para mulheres foram estimadas em 8,8% e 0,8%, respectivamente. Estima-se que 43,9% das mulheres sofreram violência sexual, diferente de estupro, durante a vida, e 5,5% das mulheres foram vítimas de violência sexual, exceto estupro, nos 12 meses anteriores à pesquisa. A maioria das vítimas de todos os tipos de violência sexual conhecia seus autores. Quase metade das mulheres vítimas de estupro (46,7%) tinha pelo menos um autor que era conhecido e cerca de 45,4% das mulheres vítimas de estupro tinham pelo menos um autor que era parceiro íntimo. Mais da metade (58,4%) das mulheres que sofreram estupro facilitado pelo uso de álcool/drogas foram vítimas de um conhecido⁽⁷⁾.

Um estudo espanhol investigou a violência sexual perpetrada por não parceiros e a prevalência de ao longo da vida foi de 7,2% (n = 728) e 0,6% nos 12 meses anteriores. Das mulheres com 16 anos ou mais, 1,4% relataram um estupro por um não parceiro em suas vidas, 2,8% relataram ter sofrido tentativa de estupro e 5,6% sofreram violência sexual ou outras formas de violência sexual, exceto estupro. Das vítimas que sofreram estupro, 47,1% relataram que o perpetrador era um amigo ou conhecido, 23,2% um membro da família do sexo masculino (incluindo o pai) e 18,8% relataram que era um estranho.

No caso dos estupros e, em menor escala, das tentativas de estupro, a maioria dos perpetradores eram homens conhecidos da vítima, com apenas 18,8% e 30,0% de mulheres, relatando, respectivamente, que o agressor era um estranho do sexo masculino. Em contraste, 50,5% das mulheres que relataram contato sexual ou outras formas de violência sexual, mas não estupro ou tentativa de estupro, disseram que o perpetrador era um homem estranho⁽⁸¹⁾.

Um estudo brasileiro analisou dados de notificação de VPI contra mulheres entre 2011 e 2017. Do total de casos notificados de violência, a proporção de VPI foi de 62,4%. Dentre as violências, a sexual foi relatada por 4,8% das mulheres. Neste estudo a violência sexual foi mais frequente entre as adolescentes e associada positivamente às gestantes (RP = 2,71; IC95% 2,59; 2,83), portadoras de deficiência/transtorno (RP = 2,30; IC95% 2,17; 2,44), ocorrência no domicílio (RP = 1,42; IC95% 1,34; 1,50) e episódios recorrentes (RP = 1,28; IC95% 1,23; 1,34)⁽⁸²⁾.

Um outro estudo brasileiro comparou mulheres vítimas de violência sexual que receberam atendimento em um hospital público. O estupro foi o tipo de violência mais notificado, seguido da exploração sexual e do assédio sexual. Ocorreram penetração vaginal e outras práticas sexuais, como sexo oral e anal na maioria dos casos, com prevalência da violência sem o uso do preservativo. Os agressores usaram a força corporal e espancamento e ameaçaram as vítimas, através de enforcamento, objetos contundente ou cortante e armas de fogo, além de outros tipos de agressão. O local de ocorrência da violência mais relatado foi a residência, seguido da via pública, terreno baldio e bar.

Em relação ao autor, ele era do sexo masculino em todos os casos notificados. Além disso, ocorreu uso de álcool e outras drogas. As adolescentes foram violentadas com maior frequência por mais de um autor quando comparadas às adultas. Os autores foram mais frequentemente identificados como desconhecidos, seguido de amigos/conhecidos e pessoas com relação institucional. Nas violências intrafamiliares, os autores foram cônjuge/namorado, padrasto, pai biológico e irmão. Quando se comparou as vítimas adolescentes e adultas no que se refere à caracterização da violência como intrafamiliar ou extrafamiliar, verificou-se que as adolescentes foram mais frequentemente vítimas da violência intrafamiliar do que as adultas ($t = 2,7$; $df = 77$; $p < 0,001$)⁽⁸³⁾.

3.2.2.3 Consequências da violência sexual contra as mulheres

As consequências da violência por parceiro íntimo incluem danos profundos no bem-estar físico, sexual, reprodutivo, emocional, mental e social das vítimas. Há associação com traumatismos físicos, gravidez indesejada, aborto, complicações ginecológicas, doenças sexualmente transmissíveis, transtornos de estresse pós-traumático, além de complicações relacionadas à gravidez, como aborto espontâneo, trabalho de parto prematuro e baixo peso ao nascer associados com a violência durante a gravidez⁽⁸⁴⁾.

Todas as formas de violência sexual, do toque sexual indesejado ao estupro, podem levar a uma infinidade de consequências para a saúde mental, embora o impacto na saúde das vítimas de estupro seja particularmente alto. Ter sofrido qualquer forma de violência sexual de autores não parceiros aumentou a probabilidade de relatar todos os sintomas relacionados a um estado de saúde ruim, e a magnitude das associações foi maior para as que sofreram estupro com ou sem outras formas de violência sexual (por exemplo: ansiedade [OR: 3,77 (2,65-5,37), P-valor <0,001], tristeza por causa de sentimentos de inutilidade [OR: 3,31 (2,32-4,73), P-valor <0,001]) do que para aqueles que relataram contato sexual ou outras formas de violência sexual diferente de estupro ou tentativa de estupro⁽⁸¹⁾.

Um estudo brasileiro identificou como consequências da violência sexual a gravidez, DSTs, estresse pós-traumático, entre outros. Entre as que engravidaram, um maior número de mulheres interrompeu (n = 12; 15,2%) a gestação do que ao daquelas que deram continuidade (n= 5; 6,3%). Ocorreram também casos de abandono do atendimento hospitalar com perda de informações sobre sua situação gestacional. Entre as que engravidaram, as adultas interromperam a gestação mais frequentemente do que as adolescentes (t = -2,09; df = 8,9; p < 0,01)⁽⁸³⁾.

Um estudo brasileiro estudou as características sociodemográficas de mulheres que realizaram aborto legal decorrente de violência sexual em um Hospital Público, foram 131 casos entre 1994 e 2014 de interrupção da gravidez decorrente de estupro. A maioria relatou desconhecer o agressor (62,3%), porém entre as adolescentes, 58% dos agressores eram conhecidos. A maioria das mulheres solicitou o aborto com até 12 semanas de gestação (63,4%). Apenas 2,3% apresentaram complicações decorrentes da curetagem e a situação psicológica mais

encontrada foi decidida em 34,4% no pré-aborto e bem em 32,8% dos casos no pós-aborto⁽⁸⁵⁾.

3.2.3 Idosos

Pouco se fala sobre idosos sofrerem violência sexual, mas eles também são vítimas, conforme veremos a seguir, além das políticas públicas, prevalência e consequências dessa violência.

3.2.3.1 Políticas públicas para os idosos

O tema violência vem aos poucos aparecendo nas políticas públicas voltadas aos idosos no Brasil⁽⁸⁶⁾. Destacam-se algumas, como a Política Nacional do Idoso, criada em 1994 (Lei 8.842/1994), a Portaria nº 702 de 2002 que criou mecanismos de organização e a implantação das Redes Estaduais de Assistência à Saúde do Idoso e o Estatuto do Idoso criado em 2003 pela Lei 10.741 de 2003. Por fim, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa criada mais recentemente em 2006 pela Portaria n.º 2.528 de 2006.

O objetivo da Política Nacional do Idoso é assegurar os direitos sociais e amparo legal aos idosos, promovendo condições de incentivo à integração, autonomia e participação efetiva na sociedade⁽⁸⁷⁾. A Portaria nº 702 de 2002 estabelece a implantação das Redes Estaduais de Assistência à Saúde do Idoso, com hospitais gerais e centros de referência de atenção à saúde do idoso pelas secretarias estaduais de saúde. Os estados devem também estabelecer os fluxos de referência e contrarreferência, a fim de articular a rede estabelecida com os serviços da atenção básica⁽⁸⁸⁾.

Dentre as políticas públicas, a mais objetiva e assertiva é o Estatuto do Idoso. No que diz respeito à violência, o artigo 4º do Estatuto menciona que nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei⁽⁸⁹⁾. De acordo com o estatuto é obrigação do Estado garantir ao idoso a proteção à vida e à saúde, por meio de políticas públicas, visando um envelhecimento digno e saudável.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa tem por objetivo a promoção de ações coletivas e individuais de saúde para recuperar, manter e promover a autonomia e independência das pessoas idosas. Para cumprir com suas diretrizes, que visam promover o envelhecimento ativo e saudável, uma das estratégias é a realização de ações integradas para o combate à violência doméstica e institucional⁽⁸⁹⁾.

Desde 2011, a notificação dos atos de violência praticados contra idosos atendidos em estabelecimentos de saúde públicos ou privados é compulsória, de acordo com a lei nº 12.461, de 26 de julho de 2011⁽⁹⁰⁾. Esses avanços, no entanto, ainda são tímidos frente complexa e delicada questão da violência contra os idosos, cujos números com certeza são subnotificados, pois muitas vezes é impossível que o idoso denuncie seus agressores por depender deles e/ou por conta dos estreitos laços com aqueles que o agredem, sua própria família.

3.2.3.2 Autores de violência sexual contra os idosos

Um estudo conduzido em Chicago (EUA) sobre violência física e sexual de pessoas com mais de 60 anos, 7,5% foram vítimas de violência sexual e 10,3% tinham histórico de revitimização. As pessoas com histórico de revitimização tinham maior probabilidade de serem agredidas por homens e membros da família mais próximos - maridos e filhos. Em contraste, as sem histórico de revitimização tinham maior probabilidade de serem agredidas por parentes mais distantes. Outros moradores (n = 8) ou profissionais (n = 6) agrediram a maioria dos 17 indivíduos agredidos em casas de repouso⁽⁹¹⁾.

Com base em modelos multivariáveis, as mulheres, viúvas, com diagnóstico de demência e que retornavam à casa onde o autor de violência vivia ou visitava tinham probabilidade substancialmente maior de serem revitimizadas. As vítimas de revitimização tinham maior probabilidade de serem agredidas por meio da força desarmada por um parente próximo, em particular o marido, namorado, filho ou genro⁽⁹¹⁾.

Em um estudo na África do Sul, um total de 2579 vítimas adultas de estupro (idade ≥16 anos) foram atendidas em um centro de saúde ente 2007-2011. Destas, 145 (5,6%) eram mulheres idosas. A taxa média de estupro entre mulheres idosas foi de 20,7/10.000 mulheres adultas por ano. O estupro de idosas aumentou de

17,1/10.000 em 2007 para 40/10.000 em 2009. A maioria (45,5%) das mulheres tinha entre 65 e 70 anos e a minoria (4,1%) entre 86 e 90 anos⁽⁹²⁾.

Na maioria dos casos (84,2%) havia um único perpetrador. Houve dois agressores em 9,6% casos e três ou mais agressores em 6,2% dos estupros. Pouco mais da metade (51%) dos autores eram conhecidos das vítimas. Em 83% casos o estupro ocorreu em casa. A infecção pelo vírus da imunodeficiência humana foi prevalente em 3,6% casos de estupro em idosas⁽⁹²⁾.

Em estudo português, a violência física e psicológica foram os tipos mais prevalentes, afetando 87,8% e 69,6% dos idosos, respectivamente. Quase metade das vítimas (47,5%) mencionou, também, situações de violência financeira. Ainda que em menor proporção, 7,5% referiram ter sido alvo de violência sexual e 6,5% de negligência. Constatou-se que a violência sexual foi cometida majoritariamente no âmbito das relações conjugais, sendo as mulheres as principais vítimas, das quais, 16% apresentavam alguma forma de situação de incapacidade física⁽⁹³⁾.

Uma vez que essa população era majoritariamente casada e residia em núcleo familiar, os cônjuges/companheiros constituíam, globalmente, os principais autores de violência. Mais do que uma violência associada à idade, trata-se de uma violência conjugal envelhecida, ou seja, violência que se iniciou cedo na vida do casal e que permanece na idade avançada ou àquela que engloba vivências de violência face a um relacionamento recente⁽⁹³⁾.

Em um estudo irlandês sobre o mesmo tema também os filhos adultos (50%) foram os perpetradores mais frequentemente identificados pelo idoso como autores de agressão, seguidos por outros parentes (24%) cônjuge ou companheiro (20%), amigos (4%) e profissionais de saúde (2%). A maioria dos maus-tratos ocorreu em casa (77%) e em 37% dos casos o idoso coabitava com o agressor. Outras características do agressor incluíram desemprego (50%), vício (principalmente álcool) (20%), problemas de saúde física (11%) e problemas de saúde mental ou deficiência intelectual (4%)⁽⁸⁶⁾.

Um estudo brasileiro sobre agressões físicas e sexuais notificadas na cidade de São Paulo em 2013 aponta que dez idosos sofreram agressão sexual, dos quais 90% eram do sexo feminino e 70% tinham idade inferior a 70 anos. Segundo o local de ocorrência das agressões físicas e sexuais, 47,2% aconteceram na residência dos idosos vitimizados. Em relação a agressão, houve uso da agressão física em 70,3% dos casos e agressão sexual em 50,0%. Em relação a frequência da

agressão, 36,4% sofreram agressão física e sexual pela primeira vez e 21,4% agressão física e sexual mais de uma vez. O autor da agressão sexual em sua maioria eram familiares, do sexo masculino e com idade entre 20 e 24 anos⁽⁹⁴⁾.

3.2.3.3 Consequências da violência sexual contra os idosos

Em uma revisão sistemática sobre a prevalência de violência por parceiro íntimo em idosos e fatores associados, encontrou-se a ocorrência de violência por parceiro íntimo tanto em homens quanto em mulheres idosos, ou seja, a violência bidirecional. O consumo de álcool, a depressão, a baixa renda, o comprometimento funcional e a exposição à violência na infância foram os fatores associados mais comuns⁽⁹⁵⁾.

Um estudo português abordou questões relacionadas com os sentimentos e emoções despertados pela exposição à violência. O medo (48,2%), a tristeza (45,4%) e a vergonha (27,8%) foram os sentimentos mais referenciados pelas vítimas. Com menor frequência, também apareceram a raiva (19,2%), a solidão (8,2%) e a revolta (6,8%)⁽⁹³⁾.

Em relação a evolução dos casos de idosos vítimas de violência física e sexual em São Paulo, 65,0% tiveram alta hospitalar imediata, e em menos de 1% - porém não menos importante - dos casos de violência ocorreu o óbito durante o atendimento no estabelecimento de saúde ou evoluiu para o óbito⁽⁹⁴⁾.

O fato de que principalmente os familiares próximos perpetram violência contra os idosos mostra que as pessoas da família que fazem o papel de cuidadores precisam de preparo e apoio através de políticas públicas e planejamento que subsidiem e oferecem estruturas para que os idosos sejam menos vítimas de violência e tenham um envelhecimento mais saudável⁽⁹⁶⁾, haja vista as graves consequências que a violência causa em uma idade na qual já se está naturalmente vulnerável e deveria ser de qualidade de vida elevada.

4 METODOLOGIA

Elegemos a revisão de escopo (*scoping review* ou estudo de escopo) como método desta dissertação. A escolha não se deu de forma aleatória, e sim porque se pretende aprofundar o conhecimento relativo aos autores de violência sexual, tema que não é o mais explorado nas pesquisas sobre o tema, majoritariamente focadas na vítima da violência e as consequências dos atos sofridos. Sendo assim, a revisão de escopo é a metodologia que melhor responde aos objetivos desse trabalho, sobretudo a pergunta norteadora, que é ampla e se propõe a reunir conhecimento acerca dos autores de violência sexual.

As revisões de escopo podem ser usadas para mapear os principais conceitos de uma área de pesquisa, bem como para esclarecer as definições ou os limites conceituais de um tópico. Elas são úteis para examinar evidências emergentes quando ainda não está claro quais outras questões mais específicas podem ser feitas e abordadas⁽⁹⁷⁾.

Assim caracteriza-se por examinar a extensão, alcance e natureza do conhecimento científico sobre um determinado tema. Ao contrário dos outros tipos de revisão, que possuem maior tendência de abordar questões mais precisas, as revisões de escopo possuem perguntas de pesquisa mais amplas, e podem ser compostas por estudos com diferentes desenhos metodológicos⁽⁹⁸⁾. Devido à natureza ampla das revisões de escopo, elas reúnem evidências de fontes díspares ou heterogêneas⁽⁹⁷⁾.

Para a realização de uma revisão de escopo algumas etapas devem ser seguidas, conforme proposto por Arksey e O'Malley e descrito no protocolo Joanna Briggs⁽⁹⁸⁾, são elas:

- Definir a pergunta de pesquisa;
- Identificar os estudos relevantes;
- Selecionar os estudos;
- Mapear os dados;
- Confrontar, resumir e relatar os resultados.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DA PERGUNTA DE PESQUISA

O protocolo Joanna Briggs⁽⁹⁸⁾ estabelece que a melhor maneira de se alcançar uma pergunta efetiva que direciona o trabalho de revisão é se utilizar da estratégia PCC, anacrônico para População, Conceito e Contexto. O objetivo desta revisão de escopo é descrever as características do autor de violência sexual. Após definido o objetivo, foi formulada a pergunta de pesquisa utilizando o protocolo PCC. Os elementos levados em conta para esta revisão foram:

- População: Autores de violência
- Conceito: Violência sexual
- Contexto: Características dos autores de violência sexual nos ciclos de vida

Conciliando os tópicos-chave do PCC com os objetivos do estudo, a questão de pesquisa da revisão de escopo se constituiu como: ‘Quais são as características dos autores de violência sexual existentes na literatura científica?’

4.2 IDENTIFICAÇÃO DE ESTUDOS RELEVANTES

Após a formulação da questão norteadora, iniciou-se a busca dos estudos a serem revisados. A busca da produção científica foi realizada em periódicos indexados nas bases de dados National Center for Biotechnology Information (NCBI/PubMed), APA PsycInfo, Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature (CINAHL), Web of Science via coleção principal (Clarivate Analytics), Scopus (Elsevier) e Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS). A busca eletrônica ocorreu em setembro de 2022, utilizando-se das seguintes palavras-chave:

"sex offenses"[Mesh] OR "sex offenses" OR "sexual violence"[Mesh] OR "sexual violence" OR "sexual abuse"[Mesh] OR "sexual abuse" AND "aggressor" OR "assaulter" OR "perpetrator" OR "attacker" AND "Epidemiology"[Mesh] OR "Epidemiology" OR "Risk Factors"[Mesh] OR "Risk Factors" OR "associated factor" OR "characteristics"

Essa chave foi utilizada na base Pubmed e adaptada para as demais bases de dados.

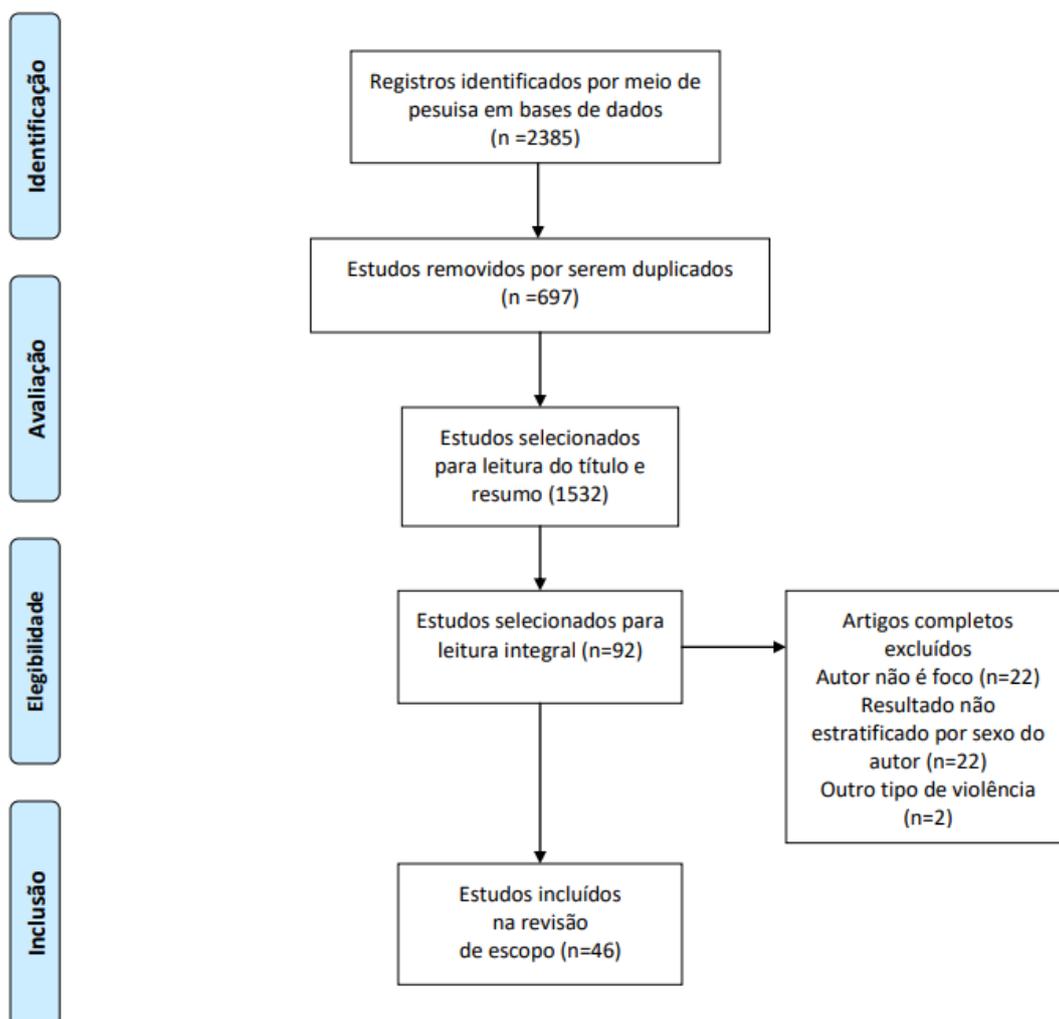
Uma vez que a revisão de escopo permite como fonte de informação diversas literaturas, por exemplo pesquisas primárias, revisões sistemáticas, meta-análises, cartas, diretrizes, entre outras⁽⁹⁸⁾, foram considerados critérios de inclusão os estudos de produção científica nacional e internacional, publicados em português, espanhol e inglês, com texto completo disponível, sem limite de tempo, sobre o tema violência sexual e que abordassem o autor da violência. Foram excluídos artigos duplicados, que não responderam à questão de pesquisa ou que envolviam especificamente a vítima de violência e outros tipos de violência que não a sexual. Os estudos que não separaram os resultados pelo sexo e faixa etária do autor foram excluídos.

4.3 SELEÇÃO DE ESTUDOS

Dois pesquisadores trabalharam de forma independente para a seleção dos artigos por título, resumo e texto na íntegra. Em todas as fases da triagem levou-se em consideração os critérios de inclusão e de exclusão, resultando na amostra final. As divergências entre os avaliadores foram resolvidas por meio de discussão para chegar ao consenso em cada uma das etapas de seleção.

De acordo com a busca sistematizada descrita nos tópicos acima, foram encontrados 2.385 artigos. Na primeira etapa, os artigos de todas as bases foram incluídos na plataforma virtual Endnote Web, agrupados em grupos de acordo com a base de origem e os duplicados foram excluídos. Foram identificadas e excluídas 697 referências duplicadas, constituindo assim uma amostra de 1.532 artigos para as próximas etapas. Destes, após leitura dos títulos e resumos, 1440 foram excluídos por não atenderem ao objetivo desta revisão. Os 92 que permaneceram na seleção foram lidos na íntegra; destes, 46 foram excluídos e 46 incorporados nesta revisão.

Figura 1 - Organograma das etapas de seleção dos estudos



4.4 MAPEAMENTO DE DADOS

Nesta etapa, as informações mais importantes serão sistematizadas, ou seja, as que respondem a pergunta de pesquisa. Criou-se um banco de dados que facilita o acesso e manejo das informações levantadas.

O protocolo The Joanna Briggs⁽⁹⁸⁾ recomenda que se leve em conta os seguintes dados:

- a. Autor(es)
- b. Ano de publicação
- c. Origem/país de origem (onde o estudo foi publicado ou realizado)
- d. Objetivos

- e. População do estudo e tamanho da amostra (se aplicável)
- f. Metodologia/métodos
- g. Tipo de intervenção, comparador e detalhes (se aplicável)
- h. Duração da intervenção (se aplicável)
- i. Resultados (se aplicável)
- j. Principais descobertas relacionadas à(s) pergunta(s) da revisão de escopo.

Para a extração dos dados nos estudos incluídos utilizou-se planilha do Microsoft Excel e foram extraídas, além das informações recomendadas supracitadas, sexo e ciclo de vida dos autores da violência e das pessoas agredidas, estado civil, situação conjugal, escolaridade, cor de pele/etnia, se tinha trabalho, ter sofrido violência na infância, uso de álcool e drogas, reincidência, coautoria, número de vítimas, atos de violência sexual, violências associadas e vínculo com a vítima.

As características dos autores, quando identificadas nos artigos, foram contabilizadas, catalogadas e foram apresentadas em tabelas deste artigo com as frequências absolutas e relativas nos resultados.

4.5 COMPARAÇÃO, RESUMO E RELATO DE DADOS

Esta etapa será apresentada em forma de artigo científico e serão apresentados dados compilados dos estudos, relatos dos resultados, discussão das conclusões e sugestões para estudos futuros.

5 RESULTADOS

Os resultados são apresentados no formato do Artigo: **“Autores de violência sexual: uma revisão de escopo”**, a ser submetido ao periódico Ciência & Saúde Coletiva com Qualis B1 na área de Saúde Coletiva. Este artigo é apresentado a seguir, conforme normas da instituição de defesa da Dissertação.

5.1 ARTIGO – CARACTERÍSTICAS DE HOMENS E MULHERES AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Characteristics of men and women authors of sexual violence: a scoping review
Tadeu Zomer Locatelli

RESUMO

Tendo em vista a violência sexual como um problema de saúde pública complexo, multifacetado, endêmico e subnotificado, bem como suas consequências para as vítimas e para a sociedade, neste estudo lançamos um olhar para o autor de violência sexual com o objetivo de identificar suas características com base na literatura nacional e internacional. Utilizaram-se as bases NCBI/PubMed, APA PsycInfo, CINAHL, Web of Science, Scopus e LILACS, incluíram-se estudos que tratassem de autores de violência sexual publicados em português, inglês e espanhol, sem restrição de ano de publicação ou tipo metodológico. Foram incluídos 46 estudos na revisão. Os resultados mostram o perfil do homem e da mulher autora em relação ao ciclo de vida, estado civil, escolaridade, cor de pele/etnia, trabalho, se sofreu violência na infância, se fez uso de álcool e drogas, bem como comportamentos relacionados à violência. Merecem especial atenção os homens e mulheres autores de violência sexual contra crianças no âmbito familiar.

Palavras-chave: violência sexual, autores de violência, revisão de escopo

ABSTRACT

Considering sexual violence as a complex, multifaceted, endemic and underreported public health problem, as well as its consequences for victims and society, in this study we look at the perpetrator of sexual violence in order to identify their characteristics based on national and international literature. The NCBI/PubMed, APA PsycInfo, CINAHL, Web of Science, Scopus and LILACS databases were used, including studies dealing with perpetrators of sexual violence published in Portuguese, English and Spanish, with no restriction on year of publication or methodological type. . 46 studies were included in the review. The results show the profile of the man and woman author in relation to life cycle, marital status, education, skin color/ethnicity, work, if he suffered violence in childhood, if he used alcohol and

drugs, as well as behaviors related to violence. Men and women who commit sexual violence against children in the family environment deserve special attention.

Keywords: sexual violence, perpetrators of violence, scoping review

INTRODUÇÃO

A violência sexual compreende todo ato sexual ou tentativa de obtê-lo por meio da violência e contra a vontade da pessoa, independentemente da relação que elas tenham⁽¹⁾. No Brasil, é considerado estupro o ato da conjunção carnal, prática ou permissão que com ele se pratique outro ato libidinoso, mediante constrangimento, violência ou grave ameaça. Se o ato ocorrer com menor de 14 anos, configura-se estupro de vulnerável⁽²⁾. Em 2018, a importunação sexual passou a ser tipificada como crime, ou seja, “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”⁽³⁾.

Nos últimos dez anos (2012 a 2021), 583.156 pessoas foram vítimas de estupro e estupro de vulnerável no Brasil. Somente em 2021, 66.020 boletins de ocorrência de estupro e estupro de vulnerável foram registrados, taxa de 30,9 por 100 mil e crescimento de 4,2% em relação a 2020. As mulheres representam 88,2% das vítimas e são a maioria em todas as faixas etárias. As vítimas do sexo masculino são, em sua maioria, crianças. Estes dados são de vítimas que denunciaram o caso em delegacias, logo a subnotificação é significativa⁽⁴⁾.

Estudos realizados no Brasil demonstram que a violência sexual contra crianças e adolescentes é perpetrada principalmente por pessoas próximas. Dentre estes, estão em sua maioria os pais, quando a vítima é criança, na fase da adolescência identificou-se como os principais autores os amigos ou conhecidos das vítimas; e, na vida adulta estão os autores com relação familiar, com relação afetiva e desconhecidos^(5,6,7,8).

Estudo da OMS com mais de 24 mil mulheres com idades de 15 a 49 anos em dez países revelou que entre 15% e 71% das mulheres sofreram violência física e/ou sexual por um parceiro íntimo em algum momento de suas vidas⁽⁹⁾. Uma metanálise mostrou que 7.9% dos homens e 19.7% das mulheres sofrem alguma forma de violência sexual antes dos dezoito anos⁽¹⁰⁾. Dos idosos, 0.9% sofreu abuso sexual, já os que estão em instituições sofrem mais abuso sexual, 1.9%, de acordo com a ONU⁽¹¹⁾.

A violência sexual resulta em consequências graves às vítimas, nos âmbitos psicológico, psiquiátrico e da sexualidade, dentre as quais as psíquicas têm especial atenção, manifestando-se de diversas formas⁽¹²⁾. As saúde física e reprodutiva também são afetadas e levam a altos custos sociais e econômicos⁽¹³⁾, custos estes que impactam toda a sociedade, pois reverberam em diversos setores: saúde, assistência social, jurídica e segurança pública.

Aproximadamente 90% das vítimas, em razão de diversos motivos, passam anos para revelar ou não revelam ter sofrido violência sexual, o que torna complexa a tarefa de estimar, corretamente, a magnitude do problema. Quando o autor é conhecido da vítima, a denúncia torna-se um desafio ainda maior. Devido às suas características, gravidade e, sobretudo, alta incidência, essa forma de agressão chama a atenção de autoridades e pesquisadores ao redor do mundo, convocando-os a questionarem sobre os fatores envolvidos em sua ocorrência e as medidas necessárias para combatê-la^(12,13,14,15).

Tendo em vista o reconhecimento desta violência como um problema de saúde pública complexo, multifacetado, endêmico e subnotificado, passível de ocorrer em todas as classes sociais e ciclos de vida, bem como suas consequências para as vítimas e para a sociedade, neste estudo lançaremos um olhar para os homens e mulheres autores de violência sexual. Produzir conhecimento sobre os autores pode auxiliar no entendimento da etiologia da violência, contribuir com políticas públicas que levem em conta a atenção aos seus autores, contribuindo assim para o enfrentamento dessa prática.

Este estudo tem, assim, por objetivo identificar as características dos autores de violência sexual em estudos específicos sobre homens e mulheres autores de violência.

METODOLOGIA

Para responder ao objetivo deste estudo, foi conduzida uma revisão de escopo, a qual possibilita uma abordagem ampliada de determinado tema de pesquisa, incluindo estudos sob diferentes métodos. Este tipo de revisão visa mapear evidências publicadas na literatura científica sobre determinado assunto e consiste em um instrumento para a identificação da extensão, do alcance e da natureza das pesquisas, além de verificar lacunas do conhecimento sobre a temática

em estudo^(16,17). Nesta perspectiva, esta revisão ocorreu de acordo com as recomendações do Instituto Joanna Briggs (JBI) ⁽¹⁸⁾ e seguiu as etapas, apresentadas a seguir.

DEFINIÇÃO DA QUESTÃO DE PESQUISA

Para definição da pergunta utilizou-se a estratégia PCC, (anacrônico para População, Conceito e Contexto), de forma que a população definida foram os autores de violência, enquanto o conceito de violência sexual e o contexto investigado foram as características dos autores abordadas nos artigos. Desta forma, definiu-se a pergunta de pesquisa: *Quais são as características dos autores de violência sexual existentes na literatura científica?*

ESTRATÉGIA DE BUSCA

A estratégia de busca para a seleção dos estudos realizou-se mediante consulta em seis bases de dados: a National Center for Biotechnology Information (NCBI/PubMed), APA PsycInfo, Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature (CINAHL), Web of Science via coleção principal (Clarivate Analytics), Scopus (Elsevier) e Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS).

A busca eletrônica ocorreu em setembro de 2022, conduzida nas bases supracitadas, com aplicação de descritores e operadores booleanos. A chave de busca utilizada na base Pubmed foi: *sex offenses[Mesh] OR sex offenses OR sexual violence[Mesh] OR sexual violence OR sexual abuse[Mesh] OR sexual abuse AND aggressor OR assaulter OR perpetrator OR attacker AND Epidemiology[Mesh] OR Epidemiology OR Risk Factors[Mesh] OR Risk Factors OR associated factor OR characteristics*. Esta foi adaptada para as demais bases de dados.

As referências identificadas foram importadas no EndNote Web para armazenamento, organização, identificação dos estudos duplicados e seleção dos artigos. Dois revisores independentes conduziram a seleção. As divergências foram elucidadas em discussões, com vistas ao consenso, em todas as etapas de seleção.

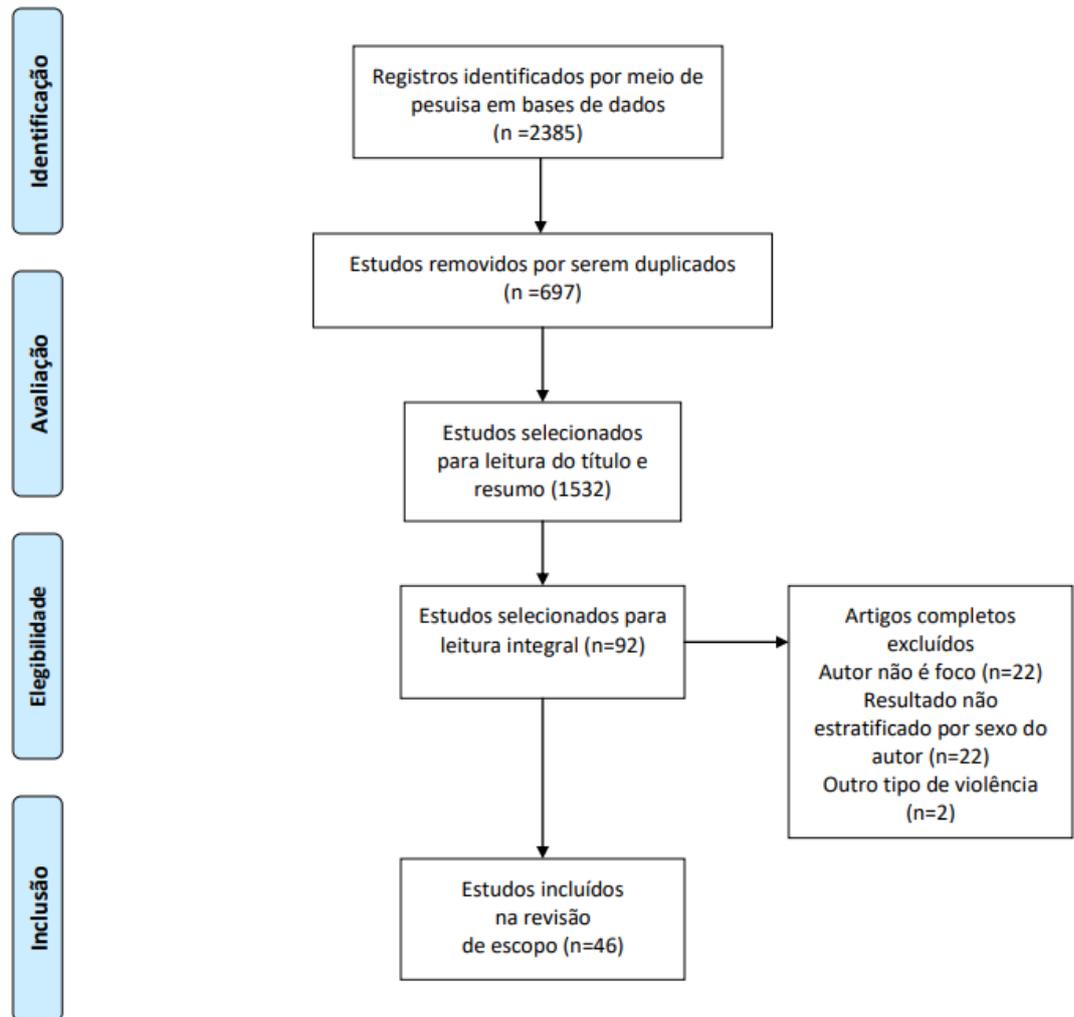
CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os critérios de inclusão contemplaram estudos que tratassem de autores de violência sexual; publicados em idioma português, inglês e espanhol, sem restrição de ano de publicação ou tipo metodológico. Foram excluídos os estudos que não contemplaram o PCC - população (autores de violência sexual), conceito (violência sexual) e contexto de interesse. Os estudos que não separam os resultados pelo sexo e faixa etária do autor foram excluídos.

IDENTIFICAÇÃO DOS ESTUDOS RELEVANTES

Os 2385 estudos encontrados foram incorporados no EndNoteWeb. Na sequência, realizou-se a identificação e a exclusão dos 697 estudos duplicados, restando 1532 artigos. Destes, após leitura dos títulos e resumos, 1440 foram excluídos por não atenderem ao objetivo desta revisão. Os 92 que permaneceram na seleção foram lidos na íntegra; destes, 46 foram excluídos e 46 incorporados nesta revisão.

Figura 2 - Fluxograma do processo de seleção dos estudos



EXTRAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Para a extração dos dados nos estudos incluídos utilizou-se planilha do Excel e foram extraídas informações recomendadas pelo JBI, tais como: título, autores, país de origem, idioma, objetivo, amostra, principais resultados, tipo de estudo, área de concentração da revista, sexo e ciclo de vida dos autores da violência e das pessoas agredidas, estado civil, situação conjugal, escolaridade, cor de pele/etnia, se tinha trabalho, ter sofrido violência na infância, uso de álcool e drogas, reincidência, coautoria, número de vítimas, atos de violência sexual, violências associadas, vínculo com a vítima. O fichamento dos resultados ocorreu de forma descritiva, com sumarização em tabelas do Excel.

As características dos autores foram contabilizadas e catalogadas em tabelas do Excel e seguem representadas em tabelas deste artigo com as frequências absolutas e relativas.

RESULTADOS

Esta revisão incorporou 46 estudos, em sua maioria (80,3%) publicados entre os anos de 2010 e 2019, evidenciando que estudos com foco nos autores de violência sexual são recentes. A maioria das publicações ocorreram na América do Norte (63,0%) e Europa (21,7%), na língua inglesa (95,6%). Quanto aos métodos utilizados, os quantitativos (95,6%) predominaram quando comparados aos qualitativos (4,3%). As revistas com enfoque na área de violência (76,0%) foram destaque. Na Tabela 1 são apresentadas as principais características dos estudos incluídos nesta revisão.

Tabela 1 - Descrição dos estudos incluídos na revisão de escopo sobre autores de violência sexual (n=46)

Título	Autores	País	Ano	Idioma
Multiple Perpetrator Rape Committed by Female Offenders: A Comparison of Solo, Duo, and 3+ Group Offenders	Wijkman MDS, da Silva T.	Holanda	2021	inglês
Undergraduate Men's Self-Reports of Sexual Assault and Perceptions of College Campus Acquaintance Rape	McDaniel MC, Rodriguez DN.	EUA	2021	inglês
Adolescentes ofensores sexuais atendidos em uma instituição de saúde do Centro-Oeste do Brasil	Borges MM, Costa LF	Brasil	2020	português
Child Sexual Abuse Perpetrated by Women: Case Series and Review of the Literature	Curti SM, Lupariello F, Coppo E, Praznik EJ, Racalbutto, SS, Di Vella G	Italia	2019	inglês
Sexual Abuse Within Employment Settings: A Comparison of Work-Related, Intra- and Extra-Familial Child Molesters	Falkenbach DM, Foehse A, Jeglic E, Calkins C, Raymaekers L.	EUA	2019	inglês
Female sex offenders who abuse children whilst working in organisational contexts: offending, conviction and sentencing (2018)	Darling, A. and Hackett, S. and Jamie, K	Reino Unido	2018	inglês
Sexual Aggression Victimization and Perpetration Among Female and Male University Students in Poland	Tomaszewska P, Krahé B	Polônia	2018	inglês
Injury Matters: On Female-Perpetrated Sex Crimes	Budd KM, Bierie DM	EUA	2017	inglês
Deconstructing Incidents of Female Perpetrated Sex Crimes: Comparing Female Sexual Offender Groupings	Budd KM, Bierie DM, Williams K.	EUA	2017	inglês
Dyadic Types of Sibling Sexual Coercion	Relva IC, Fernandes O, Alarcão M	Portugal	2017	inglês

Prevalence of Sexual Aggression Victimization and Perpetration in a Sample of Female and Male College Students in Turkey	Schuster I, Krahé B, Toplu-Demirtaş E	Turquia	2016	inglês
Female Offenders in Child Sexual Abuse Cases:A National Picture	McLeod DA	EUA	2015	inglês
Predictors of victim disclosure in child sexual abuse: Additional evidence from a sample of incarcerated adult sex offenders	Leclerc B, Wortley R.	Canadá	2015	inglês
Demographic and Motivation Differences Among Online Sex Offenders by Type of Offense: An Exploration of Routine Activities Theories	Navarro JN, Jasinski JL	EUA	2015	inglês
Women convicted of a sexual offence, including child pornography production: two case reports	Prat S, Bertsch I, Chudzik L, Réveillère Ch.	Canadá	2014	inglês
Relationship Type and Sexual Precedence: Their Associations With Characteristics of Sexual Assault Perpetrators and Incidents	Wegner R, Pierce J, Abbey A.	EUA	2014	inglês
Evidence of increased STI/HIV-related risk behavior among male perpetrators of intimate partner violence in Guatemala: results from a national survey	Hembling J, Andrinopoulos K	Guatemala	2014	inglês
Suspect Aggression and Victim Resistance in Multiple Perpetrator Rapes	Woodhams J, Cooke C	Reino Unido	2013	inglês
Why Is There a Strong Positive Correlation Between Perpetration and Being a Victim of Sexual Coercion? An Exploratory Study	Mathes EW	EUA	2013	inglês
Prevalence rates of male and female sexual violence perpetrators in a national sample of adolescents	Ybarra ML, Mitchell KJ	EUA	2013	inglês
Female sex offenders. Risk factors, characteristics and criminal behaviour	Wojcieszek A, Soria MA	Espanha	2012	inglês
An Exploration of Crossover Sexual Offending	Kleban H, Chesin MS, Jeglic EL, Mercado CC	EUA	2012	inglês
The Relationships of Perpetrator and Victim Substance Use to the Sexual Aggression of Rapists and Child Molesters	Hamdi NR, Knight RA	EUA	2012	inglês
Men's alcohol intoxication and condom use during sexual assault perpetration	Davis KC, Kiekel PA, Schraufnagel TJ, Norris J, George WH, Kajumulo KF	EUA	2012	inglês
Women don't do such things! characteristics of female sex offenders and offender types	Wijkman M, Bijleveld C, Hendriks J.	Holanda	2010	inglês
Recidivism Among Female Child Molesters	Bader SM, Welsh R, Scalora MJ.	EUA	2010	inglês
Perpetrators of Intimate Partner Sexual Violence: Are There Unique Characteristics Associated With Making Partners Have Sex	Purdie MP, Abbey A, Jacques-Tiura AJ	EUA	2010	inglês

Without a Condom?				
Factors associated with the perpetration of sexual violence among wine-shop patrons in Chennai, India	Go VF, Srikrishnan AK, Salter ML, Mehta S, Johnson SC, Sivaram S, Davis W, Solomon S, Celentano DD	India	2010	inglês
Sexually abusive youth: what are the background factors that distinguish them from other youth?	Sigurdsson JF, Gudjonsson G, Asgeirsdottir BB, Sigfusdottir ID	Islândia	2010	inglês
Exploring taboos: Comparing male- and female- perpetrated child sexual abuse	Peter T	Canadá	2009	inglês
Comparando agressores sexuais seriais e não seriais: consumo de álcool e outras drogas, impulsividade e história de abuso sexual	Baltieri DA, Andrade AG	Brasil	2008	inglês
A comparison of men who committed different types of sexual assault in a community sample	Abbey A, Parkhill MR, Clinton-Sherrod AM, Zawacki T.	EUA	2007	inglês
Manipulation and force as sexual coercion tactics: conceptual and empirical differences	Lyndon, A.E., White, J.W., & Kadlec, K.M.	EUA	2007	inglês
An Analysis of Females Convicted of Sex Crimes in the State of Florida	Ferguson CJ, Meehan DC	EUA	2005	inglês
A prospective analysis of sexual assault perpetration: risk factors related to perpetrator characteristics	Loh C, Gidycz CA, Lobo TR, Luthra R	EUA	2005	inglês
Characteristics of Perpetrators of Child Sexual Abuse Who Have Been Sexually Victimized as Children	Craissati J, McClurg G, Browne K.	Reino Unido	2002	inglês
Victim-Choice Polymorphia Among Serious Sex Offenders	Guay JP, Proulx J, Cusson M, Ouimet M	Canadá	2001	inglês
The nature and frequency of reported cases of teacher perpetrated child sexual abuse in rural primary schools in Zimbabwe	Nhundu TJ, Shumba A.	Zimbábue	2001	inglês
Recidivism of child molesters: A study of victim relationship with the perpetrator	Greenberg D, Bradford J, Firestone P, Curry S.	Canadá	2000	inglês
Delinquentes sexuales que llegan a un CERESO y su tipificación	Lomelí GMI, García TBE	México	2000	espanhol
Developmental and etiological characteristics of children with sexual behaviour problems: Treatment implications	Gray A, Pithers WD, Busconi A, Houchens P	EUA	1999	inglês
Cycle of abuse and psychopathology in cleric and noncleric molesters of children and adolescents	Haywood TW, Kravitz HM, Wasyliv OE.	EUA	1996	inglês
Personality characteristics of father/perpetrators and nonoffending mothers in incest families: Individual and dyadic analyses	Smith DW, Saunders BE.	EUA	1995	inglês
Suicide of perpetrators after disclosure of child sexual abuse	Wild NJ	Reino Unido	1988	inglês
Child perpetrators—children who molest other children: Preliminary findings	Johnson TC	EUA	1988	inglês
Child sexual abuse: Very young perpetrators	HB Cantwell	EUA	1988	inglês

Quanto aos homens autores da violência sexual, as características predominantes nos estudos são: faixa etária adulta (83,3%), solteiros (30,5%) e com baixa escolaridade (33,3%), brancos ou caucasianos (47,2%), estavam empregados (16,6%). Sofreram violência na infância em 16,6% dos estudos, em 33,3% foi relatado o uso de álcool e em 13,8% o uso de drogas. Cometeram violência sexual mais de uma vez contra a mesma vítima, ou seja, foram reincidentes em 22,2% das publicações, em 25% dos artigos tiveram duas ou mais vítimas e em 11,1% agiram com um ou mais autores.

Mais da metade (63,8%) dos estudos que apontaram homens como autores de violência sexual descreveram os atos que estes perpetraram, como penetração^(19,20,21) sem especificar o tipo, penetração vaginal^(22,23,24), anal^(22,23,24) e oral^(23,24). Dos estudos que descreveram violências associadas (30,5%), ou seja, violências que foram cometidas concomitantemente à VS, temos majoritariamente a violência física ou uso de força física^(22,23,25,26,27).

As mulheres autoras da violência sexual, na maioria dos artigos são adultas (80,9%), casadas, coabitando ou em união estável (23,8%), com baixa escolaridade (9,5%), brancas ou caucasianas (28,5%) e trabalham (9,5%). Em 19%, as autoras sofreram violência na infância. Em 33,3% das publicações eram reincidentes, em 38,1% agiram com um ou mais autores e em 23,8% tiveram duas ou mais vítimas.

Nos estudos sobre mulheres autoras de violência sexual, 57,1% descreveram os atos, como penetração com objetos^(28,29,30), penetração^(31,32) sem especificação, sexo oral^(29,33), beijos nos lábios^(29,33) e carícias genitais^(29,30). Em relação às violências associadas, 52,3% dos estudos descreveram esse tipo de violência e a mais frequente foi a violência física^(30,31).

Tabela 2 - Características do autor da violência sexual e da violência cometida

Características do autor	Autor Masculino (n=36)		Autor Feminino (n=22)	
	n	%	n	%
Ciclo de vida				
criança	4	11,1	2	9,5
adolescente	11	30,5	6	28,5
adulto	30	83,3	17	80,9
idoso	1	2,78	1	4,76
Estado Civil				
solteiro	11	30,5	3	14,2

casado, coabitando ou união estável	10	27,7	5	23,8
Situação conjugal				
separado ou divorciado	9	25	2	9,5
viúvo	8	22,2	1	4,7
namorando ou noivo ou união livre	1	2,7	1	4,7
Escolaridade*				
alta	8	22,2	-	-
baixa	12	33,3	2	9,5
Cor de pele/etnia				
branco ou caucasiano	17	47,2	6	28,5
negro ou afro-americano	12	33,3	4	19,0
latino ou hispânico	7	19,4	4	19,0
asiático ou ilhas do pacífico	8	22,2	1	4,7
árabe ou do oriente médio	3	8,3	-	
Trabalho				
sim	6	16,6	2	9,5
não	2	5,5	1	4,7
Vítima de violência na infância				
sim	6	16,6	4	19,0
Uso de álcool/drogas				
álcool	12	33,3	5	23,8
drogas	5	13,8	6	28,5
Comportamentos relacionados à autoria de violência				
reincidência	8	22,2	7	33,3
agiu com um ou mais autores	4	11,1	8	38,1
teve duas vítimas ou mais	9	25,0	5	23,8
Dados da violência sexual				
descreveu os atos de violência sexual	23	63,8	12	57,1
descreveu violências associadas	11	30,5	10	52,3

*Foi considerada como alta escolaridade mais de dez anos de estudo ou ensino profissional, graduação e pós-graduação.

Em relação ao vínculo do autor com suas vítimas, as crianças (feminino 38,8% e masculino 36,1%) e adolescentes (feminino 33,3% e masculino 33,3%) de ambos os sexos, são identificados na maioria dos artigos como vítimas de violência sexual de homens adultos do núcleo familiar. Enquanto os desconhecidos (25%), conhecidos (22,2%) e parceiros (16,6%) são apontados em mais estudos como autores de VS contra mulheres adultas.

As mulheres, enquanto autoras, são apontadas em mais publicações perpetrando violência sexual contra crianças de ambos os sexos (57,1%). No papel

de desconhecida, conhecida e parceira as mulheres são apontadas em mais estudos como autoras de VS contra adultos de ambos os sexos.

Evidencia-se que a violência sexual ocorre predominantemente no âmbito familiar contra crianças e adolescentes tanto por homens quanto mulheres adultas no papel de autores. Na Tabela 3 estão apresentados esses e demais dados.

Tabela 3 - Descrição do vínculo dos autores de violência segundo os ciclos de vida e sexo da vítima.

	Ciclo de vida e sexo da vítima					
	Criança		Adolescente		Adulto	
	M n (%)	F n (%)	M n (%)	F n (%)	M n (%)	F n (%)
Autor masculino (n=36)						
Familiar*	13(36.1%)	15(38.8%)	12(33.3%)	12(33.3%)	2(5.5%)	2(5.5%)
Parceiro**	-	-	-	-	1(2.7%)	6(16.6%)
Conhecido***	5(13.8%)	6(16.6%)	4(11.1%)	4(11.1%)	4(11.1%)	8(22.2%)
Desconhecido****	3(8.3%)	3(8.3%)	2(5.5%)	3(8.3%)	3(8.3%)	9(25.0%)
Autor Feminino (n=22)						
Familiar*	12(57.1%)	12(57.1%)	7(33.3%)	7(33.3%)	7(33.3%)	7(33.3%)
Parceira**	-	-	-	-	1(4.7%)	1(4.7%)
Conhecida***	7(33.3%)	7(33.3%)	4(23.8%)	4(23.8%)	8(38.1%)	8(38.1%)
Desconhecida****	2(9.5%)	2(9.5%)	2(9.5%)	2(9.5%)	5(23.8%)	5(23.8%)

*pai biológico, padrasto, tio, primo, avô, irmão, avó, mãe biológica, madrasta, mãe adotiva, irmã

**namorado, cônjuge, companheiro, parceiro íntimo

***vizinho, amigo, colega de trabalho, parceiro sexual, vizinha, babá, cuidadora, ex-parceira, amiga

****desconhecido, encontro casual, pagante de profissional do sexo, não parceiro, não namorado

DISCUSSÃO

Homens autores de violência sexual na literatura estudada são adultos, solteiros, de baixa escolaridade, brancos, com emprego, que sofreram violência na infância, fazem uso de álcool, são reincidentes, agiram com coautores e tiveram duas ou mais vítimas. Dentre as mulheres, predominaram as adultas, casadas, de baixa escolaridade, brancas, empregadas, que sofreram violência na infância, fazem uso de drogas, foram reincidentes, agiram com coautores e tiveram duas ou mais vítimas.

Em relação ao vínculo, homens e mulheres autores têm perfis de vítimas distintos. As mulheres adultas são vítimas de homens desconhecidos, conhecidos e parceiros. As mulheres autoras enquanto desconhecidas, conhecidas e parceiras

são identificadas na maioria dos estudos como autoras de VS contra adultos de ambos os sexos.

Destaca-se que tanto homens quanto mulheres com vínculos familiares são identificados nos estudos dessa revisão como principais autores de VS contra crianças. Esse contatção está relacionada ao íntimo relacionamento familiar, pelas vítimas manterem laços de dependência e serem incapazes de se defender, posto que as crianças são naturalmente indefesas e susceptíveis, sendo violentadas majoritariamente pelos pais⁽³⁴⁾. São condições desfavoráveis e que dificultam a assistência necessária às vítimas e seus familiares, principalmente no que diz respeito as suas dores, sequelas físicas e afetivas⁽³⁵⁾.

As crianças sofrem graves consequências relacionadas ao abuso sexual, como o risco aumentado de problemas de saúde mental, incluindo depressão, transtorno de ansiedade, transtorno de personalidade antissocial, consumo abusivo de substâncias e risco de suicídio. O abuso no qual ocorre penetração e tem como autor o pai ou o padrasto está associado a grande sofrimento psicológico no longo prazo⁽³⁶⁾.

Embora a maioria dos estudos desta revisão sejam internacionais, dados nacionais corroboram que as crianças são as principais vítimas de VS. De acordo com o Anuário de Segurança Pública, o grupo que mais sofre VS são as crianças de 10 a 13 anos, seguido pelas de 5 a 9 anos, com 31,7% e 19,1% das notificações, respectivamente⁽³⁷⁾. Um estudo com notificações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) no Espírito Santo demonstrou que a frequência (41,8%) de violência sexual foi mais prevalente em meninas, nas faixas etárias de 3 a 5 e 6 a 9 anos e seus agressores eram principalmente homens e conhecidos⁽³⁸⁾.

Outro estudo brasileiro, conduzido em Pernambuco, apontou uma prevalência de 30,6% de VS concentrada principalmente na faixa etária de 10 a 19 anos (80,4%), principalmente contra crianças e adolescentes do sexo feminino (95,8%) sendo o pai o principal autor da agressão. O uso de álcool pelo autor, neste estudo, esteve associado à maior ocorrência de violência sexual⁽³⁹⁾.

Os estudos desta revisão apontaram o uso de álcool por homens (33,3% do total) e mulheres (23,8% do total). Um estudo com mulheres autoras de crimes sexuais mostrou que se a autora havia consumido álcool no incidente de agressão, as chances de a vítima sofrer lesão grave eram 2,65 vezes maiores⁽²⁵⁾. Resultados semelhantes foram encontrados em relação ao homem autor, para os quais tanto o

uso de drogas quanto de álcool foi associado ao aumento de agressividade em crimes sexuais contra crianças⁽³⁰⁾. O uso de álcool foi associado ao estupro sem camisinha por homens, o que acarreta consequências graves para as vítimas, como gravidez indesejada e contaminação por doenças sexualmente transmissíveis⁽⁴⁰⁾.

Esses dados são corroborados por estudo estadunidense de representação nacional que apontou que o álcool foi a substância mais usada em casos de estupro tanto por vítimas quanto por autores de VS. A maioria das vítimas de ambos os sexos relataram o uso de álcool ou drogas pelo autor. Muitas vezes, o uso de substâncias ou álcool pela vítima é involuntário, forçado pelo autor, uma vez que a vítima fica vulnerável à violência ao ter sua habilidade de perceber os riscos e resistir à VS reduzida. Uma em cada três vítimas de estupro facilitado por álcool/drogas relatou uso involuntário de substâncias⁽⁴¹⁾.

Identificamos nessa revisão homens e mulheres que se utilizam da existência de vínculo para cometerem violência sexual, tais como clérigos⁽⁴²⁾, professores⁽⁴³⁾ e cuidadores em asilos⁽⁴⁴⁾. A confiança depositada torna as vítimas vulneráveis aos que exploram seu poder e autoridade para o abuso⁽⁴³⁾. Essa forma de abuso sexual institucionalizado imobiliza a pessoa agredida e reforça a postura agressora, considerando-se ainda uma violência difícil de detectar.

Nos estudos desta revisão os autores apontaram que tanto homens quanto mulheres agem em conjunto com mais autores, contudo por motivos diferentes. Um estudo brasileiro comparou homens autores solitários com múltiplos, e identificou que aqueles que agem com mais autores foram mais frequentemente vítimas de violência sexual na infância, além de terem pontuações mais altas em testes de impulsividade⁽⁴⁵⁾.

Woodhams⁽⁴⁶⁾ afirma que os coautores do sexo masculino são mais violentos - desde violência verbal até atos de extrema violência, fazem mais uso de armas e, mais frequentemente, realizam penetração oral, anal e vaginal. Quando no grupo de autores pelo menos um é do sexo feminino, há mais chances de a vítima ser uma estranha e sofrer mais violência⁽³⁰⁾. De forma diferente, em estudo holandês, as mulheres coautoras eram mais propensas a agir contra uma vítima intrafamiliar⁽³²⁾.

Nos achados desta pesquisa foram identificados tanto homens quanto mulheres autoras que foram vítimas de violência na infância. As chances de um homem vítima se tornar autor de violência é 6,05 vezes maior do que aquele que não relatou ter sido abusado na infância⁽⁴²⁾. Os que foram vítimas na infância têm

propensão a ter uma série de dificuldades de desenvolvimento sexual, a serem reincidentes e a abusarem de meninos^(27,45). Estudo brasileiro aponta que autores de violência sexual de três ou mais vítimas apresentaram maior frequência de história de abuso sexual na infância em relação aos que tiveram apenas uma vítima⁽⁴⁵⁾. Em um quarto dos estudos desta revisão, aproximadamente, tanto homens quanto mulheres agiram contra duas ou mais vítimas.

A família é a *matriz de identidade* que envolve os processos de separação e pertencimento, que atualizam as regras e os padrões de relacionamento dos diferentes sistemas familiares de origem, ao longo do ciclo de vida familiar e da história transgeracional^(47,48). Portanto quando as crianças sofrem ou testemunham violência, a partir da reprodução do modelo de educação recebido dos pais a violência é aprendida e posteriormente reproduzida, resultando na perpetuação transgeracional do ciclo da violência⁽⁴⁸⁾. Ao aprenderem que a violência é uma reação apropriada em situações de conflito interpessoal, agem assim nos próprios relacionamentos na idade adulta⁽⁴⁹⁾.

Em relação aos atos de violência sexual identificados nos estudos da revisão, a penetração foi o que mais ocorreu tanto por homens quanto por mulheres, os homens perpetram mais o sexo vaginal, anal e oral; as mulheres, beijos e carícias genitais. Esses dados são corroborados por estudos nacionais. Mulheres vítimas de VS apontaram atos como penetração vaginal (51,5%), anal (3,1%) e oral (2,1%)⁽⁵⁰⁾. Outro estudo aponta que a violência sexual contra os homens foi manifestada mais comumente por meio de toque, manipulação ou beijos forçados (89,3%); a prática de relações sexuais forçadas foi mais frequente entre as mulheres (57,1%)⁽⁵¹⁾.

A ONU⁽⁵²⁾ define o estupro como a penetração física ou de outra forma forçada da vulva com o pênis, com outra parte do corpo ou com um objeto. Essa definição é limitada, pois exclui o homem que também é vítima de VS. Além disso, para além da penetração, os demais atos que configuram VS são deixados de fora. Uma vez que a maioria dos artigos desta revisão são internacionais, não foi possível categorizar os tipos de atos de VS, pois não existe, ainda, esse entendimento por parte da ONU. No contexto brasileiro, na ficha de notificação de violência do SINAN, além do tipo de penetração (oral, anal e vaginal), é possível notificar o tipo de violência sexual: estupro, assédio sexual, atentado violento ao pudor, pornografia infantil e exploração sexual.

A violência sexual se mostra o pior tipo de violência, pois abarca todas as violências em si, para além da violação do corpo é impossível que não ocorra a violência psicológica, afinal a vítima sente culpa, vergonha, humilhação desespero. Em relação às violências associadas apuradas nos estudos desta revisão, tanto homens quanto mulheres autoras usam principalmente de violência física e de força física. Além dessas, também ocorrem intimidação e ameaças.

Em relação ao ciclo de vida dos autores de violência, identificou-se nesta revisão que a maioria deles, tanto homens quanto mulheres, são adultos. No entanto, até mesmo crianças manifestaram comportamento sexual violento. A repetição da violência sofrida se manifestou entre crianças de 4 a 13 anos que foram agredidas física e/ou sexualmente e repetiram o comportamento sexual inapropriado com crianças mais novas que elas⁽²⁴⁾, casos semelhantes são relatados em outros estudos^(53,54,55).

Em relação aos autores adolescentes, em estudo brasileiro foi observada a predominância de agressões sexuais por autores do sexo masculino com idade média de 12 anos contra vítimas com proximidade de parentesco⁽⁵⁶⁾. A negligência dos pais, conflito parental, pais alcoólatras e abuso por parte dos pais foram fatores de risco para adolescentes autores de violência⁽⁵⁷⁾. Ter sofrido abuso sexual também foi fator de risco em outro estudo sobre adolescentes autores na Islândia⁽⁵⁵⁾.

Em relação aos idosos, foi encontrado na revisão apenas um estudo que trata da VS, os idosos do sexo masculino foram os principais autores de VS contra colegas da casa de permanência⁽⁴⁴⁾. De fato, a saúde sexual dos idosos é frequentemente ignorada, ainda que a literatura aponte que a sexualidade continua importante nesta faixa etária⁽⁵⁶⁾.

Tanto homens quanto mulheres são autores e vítimas de VS em todos os ciclos de vida, no entanto essa revisão de escopo chama a atenção para as crianças e adolescentes que são vulneráveis a sofrer deste tipo de violência, uma vez que não têm capacidade de se defender e por terem como autores frequentemente familiares.

Mudanças culturais vêm ocorrendo no sentido de diminuir o poder dos pais sobre a criança, o que leva à mudança da percepção da violência como algo natural ou de direito exercido legitimamente sobre seus filhos. O Estatuto da Criança e Adolescente, os Conselhos Tutelares, a organização dos sistemas locais de saúde e

a criação dos serviços de prevenção de violência são ações que contribuem para o aumento dos registros e da comunicação da violência infantil⁽³⁴⁾.

LIMITAÇÕES

Embora tenhamos desenvolvido uma estratégia de busca para atender ao objetivo deste estudo, é possível que estudos relevantes não tenham sido incluídos por não estarem nos idiomas pesquisados ou nas bases de dados investigadas. Os estudos são, em sua maioria, internacionais, portanto utilizam métodos e formas diversas de apresentação dos resultados, o que dificultou a padronização na extração de dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessa revisão, foi possível obter um panorama das características dos autores de violência sexual. O tema vem ganhando relevância internacional, porém ainda é pouco pesquisado, principalmente no Brasil. Destaca-se que os homens são os principais autores de VS contra mulheres de todas as faixas etárias. Verifica-se os familiares agindo contra crianças e adolescentes, os conhecidos, parceiros íntimos e desconhecidos, contra a mulher adulta. Também agem de maneira mais severa - estupro com penetração da vagina, anal e oral.

O fato de que os autores de violência sexual contra as principais vítimas, as crianças e adolescentes, são familiares, pessoas muito próximas, em relações de dependência e vínculo e mostra que o Estado ainda não consegue proteger as vítimas de VS e que as demais políticas públicas de enfrentamento à violência sexual precisam ser reforçadas e revistas. É urgente o desenvolvimento de políticas públicas de atenção a homens vítimas de VS, pois, apesar de serem os principais autores de VS, também são vítimas.

Esperamos que ter trazido este conhecimento à tona possa fomentar estudos sobre o tema. Recomendam-se futuras pesquisas nacionais acerca dos autores de violência e o fortalecimento da violência sexual como uma questão de saúde pública. Identificar os autores de violência sexual é uma das frentes de enfrentamento a situações de violência sexual.

REFERÊNCIAS

1 Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R, editors. World report on violence and health. Geneva: World Health Organization; 2002.

2 BRASIL. Lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm

3 BRASIL. Lei n. 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm4 Anuário de segurança pública1

4 Fórum Brasileiro De Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2022. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/11-anuario-2022-uma-decada-e-mais-de-meio-milhao-de-vitimas-de-violencia-sexual.pdf>

5 Barcellos, Thamires Myrena Torres Et Al. Violência contra crianças: descrição dos casos em município da baixada litorânea do Rio de Janeiro. Escola Anna Nery [online]. 2021, v. 25, n. 4 [Acessado 22 Agosto 2022], e20200485. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0485>>.

6 De Sousa, Adriana Jesus et al. SUS e o atendimento a autores de violência sexual contra crianças e adolescente. PAULUS: SOCIAL, n. 3, 2022.

7 Kluk, Elizama Et Al. Mulheres em situação de violência sexual sob efeito de drogas facilitadoras de abuso sexual. Research, Society and Development, v. 11, n. 8, p. e0911830538-e0911830538, 2022.

8 Viana, Vera Alice Oliveira Et Al. Tendência temporal da violência sexual contra mulheres adolescentes no Brasil, 2011-2018. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, p. 2363-2371, 2022.

9 Garcia-Moreno C, Jansen HA, Ellsberg M, Heise L, Watts CH. Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. Lancet. 2006;368(9543):1260-9.

10 Pereda N, Guilera G, Forns M, Gómez-Benito J. The prevalence of child sexual abuse in community and student samples: a meta-analysis. Clin Psychol Rev. 2009

Jun;29(4):328-38. doi: 10.1016/j.cpr.2009.02.007. Epub 2009 Mar 5. PMID: 19371992.

11 World Health Organization. Abuse of older people. Disponível em <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/abuse-of-older-people>

12 Fiorelli Jo; Mangini Rcr. Psicologia Jurídica. São Paulo: Atlas, 2011

13 Organização Pan-Americana De Saúde. Violência contra as mulheres. 2022. Disponível em <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women#:~:text=Consequ%C3%Aancias%20para%20a%20sa%C3%BAde&text=consequ%C3%Aancia%20da%20viol%C3%Aancia.-,A%20viol%C3%Aancia%20por%20parte%20de%20parceiros%20e%20a%20viol%C3%Aancia%20sexual,sexualmente%20transmiss%C3%ADveis%2C%20incluindo%20o%20HIV>

14 Scarpati, A. S., & Pina, A. (2017). On national and cultural boundaries: A cross-cultural approach to sexual violence perpetration in Brazil and the United Kingdom. *Journal of Sexual Aggression*, 1-16.

15 Venema, R. M. (2018). Police Officers' Rape Myth Acceptance: Examining the Role of Officer Characteristics, Estimates of False Reporting, and Social Desirability Bias. *Violence and Victims*, 33, 176-200.

16 Arksey H, O'malley L. Scoping studies: towards a methodological framework. *Int J Soc. Res Methodol* 2005;8(1):19-32.

17 Peters, M., Godfrey, C., Mcinerney, P., Baldini, C., Khalil, H., & Parker, D. (2017). Chapter 11: Scoping reviews. In E. Aromataris & Z. Munn (Eds.), *Joana Briggs Institute Reviewer's Manual* (pp. 6–24). The Joanna Briggs Institute.

18 Joanna Briggs Institute. Reviewers' Manual-Methodology for JBI Mixed Methods Systematic Reviews.

19 Purdie MP, Abbey A, Jacques-Tiura AJ. Perpetrators of intimate partner sexual violence: are there unique characteristics associated with making partners have sex without a condom? *Violence Against Women*. 2010 Oct;16(10):1086-97. doi: 10.1177/1077801210382859

20 Abbey A, Parkhill MR, Clinton-Sherrod AM, Zawacki T. A comparison of men who committed different types of sexual assault in a community sample. *Journal of interpersonal violence*, 2007;22(12):1567–1580. <https://doi.org/10.1177/0886260507306489>

21 McDaniel MC, Rodriguez DN. Undergraduate Men's Self-Reports of Sexual Assault and Perceptions of College Campus Acquaintance Rape. *J Interpers Violence*. 2021 Feb;36(3-4):1772-1790. doi: 10.1177/0886260517743552.

22 Lomelí GMI, García TBE. Delincuentes sexuales que llegan a un CERESO y su tipificación. *Rev Fac Med UNAM* 2000;43(6):220-225

- 23 Wegner R, Pierce J, Abbey A. Relationship type and sexual precedence: their associations with characteristics of sexual assault perpetrators and incidents. *Violence Against Women*. 2014 Nov;20(11):1360-82. doi: 10.1177/1077801214552856. Epub 2014 Oct 5. PMID: 25288595; PMCID: PMC4467962.
- 24 Johnson TC. Child perpetrators—children who molest other children: Preliminary findings. *Child Abuse & Neglect* 1988;12(2):219-229
- 25 Hamdi NR, Knight RA. The Relationships of Perpetrator and Victim Substance Use to the Sexual Aggression of Rapists and Child Molesters. *Sexual Abuse*. 2012;24(4):307-327. doi:10.1177/1079063211420450
- 26 Leclerc B, Wortley R. Predictors of victim disclosure in child sexual abuse: Additional evidence from a sample of incarcerated adult sex offenders. *Child Abuse & Neglect* 2015;43:104-111. doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.03.003>
- 27 Craissati J, McClurg G, Browne K. Characteristics of perpetrators of child sexual abuse who have been sexually victimized as children. *Sex Abuse*. 2002 Jul;14(3):225-39. doi: 10.1177/107906320201400303. PMID: 12087684.
- 28 Budd KM, Bierie DM, Williams K. Deconstructing Incidents of Female Perpetrated Sex Crimes: Comparing Female Sexual Offender Groupings. *Sexual Abuse*. 2017;29(3):267-290. doi:10.1177/1079063215594376
- 29 Curti SM, Lupariello F, Coppo E, Praznik EJ, Racalbuto, SS, Di Vella G. Child Sexual Abuse Perpetrated by Women: Case Series and Review of the Literature. *J Forensic Sci* 2019;64: 1427-1437. <https://doi.org/10.1111/1556-4029.14033>
- 30 Budd KM, Bierie DM. Injury Matters: On Female-Perpetrated Sex Crimes. *Journal of Interpersonal Violence*. 2020;35(19-20):3735-3766. doi:10.1177/0886260517711178"
- 31 Wijkman M, Bijleveld C, Hendriks J. Women Don't Do Such Things! Characteristics of Female Sex Offenders and Offender Types. *Sexual Abuse*. 2010;22(2):135-156. doi:10.1177/1079063210363826
- 32 Wijkman MDS, da Silva T. Multiple Perpetrator Rape Committed by Female Offenders: A Comparison of Solo, Duo, and 3+ Group Offenders. *Sexual Abuse*. 2021;33(3):321-338. doi:10.1177/1079063219897065
- 33 Darling, A. and Hackett, S. and Jamie, K. (2018) 'Female sex offenders who abuse children whilst working in organisational settings : pending, conviction and sentencing.', *Journal of sexual aggression.*, 24 (2). pp. 195-213.
- 34 Mascarenhas MDM, Malta DC, Silva MMA, Lima CM, Carvalho MGO, Oliveira VLA. Violência contra a criança: revelando o perfil dos atendimentos em serviços de emergência, Brasil, 2006 e 2007. *Cad. Saúde Pública*. 2010;26(2):347-357
- 35 Sena CAd, Silva MAd, Falbo Neto GH. Incidência de violência sexual em crianças e adolescentes em Recife/Pernambuco no biênio 2012-2013. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2018;23:1591-9.

36 Paraventi F, Claudino AM, Morgan CM, Mari JJ. Estudo de caso controle para avaliar o impacto do abuso sexual infantil nos transtornos alimentares. *Rev Psiquiatr Clín.* 2011;38(6):222-6.

37 Fórum brasileiro de Segurança Pública. Anuário brasileiro de segurança pública 2022. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiser-ver.pdf>

38 Pedrosa, M.R.d.O.; Leite, F.M.C. Prevalence and Factors Associated with Sexual Violence against Children in a Brazilian State. *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2022, 19, 9838. <https://doi.org/10.3390/ijerph19169838>

39 Miranda, Millena Haline Hermenegildo et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados* * Extraído da monografia: “Prevalência da violência contra crianças e adolescentes e fatores associados”, Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira, Hospital Dom Malan, Programa de Residência em Área Profissional de Saúde, Residência de Enfermagem em Saúde da Criança, 2019. . *Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]*. 2020, v. 54 [Acessado 19 Outubro 2022] , e03633. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013303633>>. Epub 06 Nov 2020. ISSN 1980-220X. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013303633>

40 Davis KC, Kiekel PA, Schraufnagel TJ, Norris J, George WH, Kajumulo KF. Men's alcohol intoxication and condom use during sexual assault perpetration. *J Interpers Violence*. 2012 Sep;27(14):2790-806. doi: 10.1177/0886260512438277. Epub 2012 Apr

41 Kathleen C. Basile, Sharon G. Smith, Yang Liu, Ashley Lowe, Amanda K. Gilmore, Srijana Khatiwada, Marcie-jo Kresnow. Victim and perpetrator characteristics in alcohol/drug-involved sexual violence victimization in the U.S. *Drug and Alcohol Dependence*, Volume 226, 2021.

42 Haywood TW, Kravitz HM, Wasyliw OE. Cycle of abuse and psychopathology in cleric and noncleric molesters of children and adolescents. *Child Abuse & Neglect* 1996;20(12):1233-1243. doi: [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(96\)00118-4](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(96)00118-4)

43 Nhundu TJ, Shumba A. The nature and frequency of reported cases of teacher perpetrated child sexual abuse in rural primary schools in Zimbabwe. *Child Abuse Negl.* 2001 Nov;25(11):1517-34. doi: 10.1016/s0145-2134(01)00288-5

44 Ramsey-Klawnsnik H, Teaster PB, Mendiondo MS, Marcum JL, Abner EL. Sexual predators who target elders: findings from the first national study of sexual abuse in care facilities. *J Elder Abuse Negl.* 2008;20(4):353-76. doi: 10.1080/08946560802359375

45 Baltieri DA, Andrade AG. Comparing serial and nonserial sexual offenders: alcohol and street drug consumption, impulsiveness and history of sexual abuse. *Brazilian Journal of Psychiatry* 30(1):25-31. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006005000067>

46 Woodhams J, Cooke C. Suspect Aggression and Victim Resistance in Multiple Perpetrator Rapes. *Arch Sex Behav* 2013;42:1509–1516. doi: <https://doi.org/10.1007/s10508-013-0136-7>

47 Minuchin, S., Nichols, M. P., & Lee, W-Y. (2009). Famílias e casais: do sintoma ao sistema Porto Alegre, RS: Artmed.

48 Barreto, A. C., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Almeida, P. C., & Souza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 86-92. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000100012>

49 Franklin C. A., & Kercher G. A. (2012). The intergenerational transmission of intimate partner violence: Differentiating correlates in a random community sample. *Journal of Family Violence* , 27(3), 187–199.

50 Santarem, Michelle Dornelles et al. Perfil epidemiológico das vítimas de violência sexual atendidas em um centro de referência do Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia* [online]. 2020, v. 42, n. 09 [Acessado 11 Novembro 2022] , pp. 547-554. Disponível em: <<https://doi.org/10.1055/s-0040-1715577>>. Epub 23 Out 2020. ISSN 1806-9339. <https://doi.org/10.1055/s-0040-1715577>.

51 Mascarenhas, Márcio Dênis Medeiros et al. Prevalence of exposure to violence among adults – Brazil, 2019. *Revista Brasileira de Epidemiologia* [online]. 2021, v. 24, suppl 2 [Acessado 19 Outubro 2022] , e210019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-549720210019.supl.2>>. Epub 10 Dez 2021. ISSN 1980-5497. <https://doi.org/10.1590/1980-549720210019.supl.2>.

52 World Health Organization. Sexual violence. Disponível em https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77434/WHO_RHR_12.37_eng.pdf

53 Cantwell HB. Child sexual abuse: very young perpetrators. *Child Abuse & Neglect* 1988;2:579-582.

54 Gray A, Pithers WD, Busconi A, Houchens P. Developmental and etiological characteristics of children with sexual behavior problems: treatment implications. *Child Abuse & Neglect* 1999;23(6):601-621, doi: [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(99\)00027-7](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(99)00027-7)

55 Sigurdsson JF, Gudjonsson G, Asgeirsdottir BB, Sigfusdottir ID. Sexually abusive youth: what are the background factors that distinguish them from other youth? *Psychology, Crime & Law*. 2010 May;16(4):289 - 303. <https://doi.org/10.1080/10683160802665757>

56 Nobels A, Cismaru-Inescu A, Nisen L, Hahaut B, Beaulieu M, Lemmens G, Adam S, Schapansky E, Vandeviver C, Keygnaert I. Sexual violence in older adults: a Belgian prevalence study. *BMC Geriatr*. 2021 Oct 26;21(1):601. doi: 10.1186/s12877-021-02485-3. Erratum in: *BMC Geriatr*. 2022 Jan 25;22(1):77. PMID: 34702179; PMCID: PMC8546387.

REFERÊNCIAS

1. Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R, editors. World report on violence and health. Geneva: World Health Organization; 2002.
2. Minayo MCS, Souza ER, Silva MMA, Assis SG. Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios. *Ciênc. saúde coletiva* 2018; 23(6): 2007-2016.
3. Brasil. Lei no 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1o da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5o da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 10 de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. *Diário Oficial da União*. 7 Ago 2009.
4. Brasil. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). *Diário Oficial da União*. 24 set 2018.
5. Brasil. Ministério da Saúde. Norma técnica Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios [livro on line]. Brasília: MS, 2015. [acesso em 29 nov 2021]. Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_pessoas_violencia_sexual_norma_tecnica.pdf
6. Mascarenhas MDM, Malta DC, Silva MMA, Lima CM, Carvalho MGO, Oliveira VLA. Violência contra a criança: revelando o perfil dos atendimentos em serviços de emergência, Brasil, 2006 e 2007. *Cad. Saúde Pública*. 2010;26(2):347-357.
7. Breiding MJ. Prevalence and Characteristics of Sexual Violence, Stalking, and Intimate Partner Violence Victimization—National Intimate Partner and Sexual Violence Survey, United States, 2011. *Am J Public Health*. 2015;105(4):e11-e12.
8. Fiorelli JO, Mangini RCR. *Psicologia Jurídica*. 3. ed. São Paulo: Atlas; 2011.
9. Esber KM. *Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. 1. ed. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.
10. Faleiros ETS. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Cecria, 2000.
11. Njaine K, Assis SG, Constantino P, Avanci JQ, eds. *Impactos da Violência na Saúde*. 4. ed. [livro on line]. Rio de Janeiro: Coordenação de Desenvolvimento

Educacional e Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, ENSP, Editora FIOCRUZ, 2020. [acesso em 29 nov 2021]. Disponível em . <https://doi.org/10.7476/9786557080948>.

12. BRASIL. Ministério da Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. [livro on line]. Brasília: MS, 2005. [acesso em 29 nov 2021]. Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf

13. Alvim SF, Souza L. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. *Psicologia: Teoria e Prática*. 2005;7(2):171-206.

14. Gomes R, Minayo MCS, Silva CFR. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: MS, 2005. p. 117-40.

15. Saffioti HIB. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

16. Dias SPD. Um breve histórico da violência contra a mulher. [homepage da internet] 2010. [acesso em 29 nov 2021]. Disponível em <https://araretamaumamulher.blogs.sapo.pt/16871.html>

17. Saffioti HIB. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

18. Saffioti HIB. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: Kuptas M. Violência em Debate. São Paulo: Ed. Moderna, 1997.

19. Blay EA. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*. 2003;17(49):87-98.

20. Scott J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. 1995;20(2):71-99.

21. Guedes M. Gênero, o que é isso? *Psicologia: ciência e profissão*. 1995;15(1-3):4-11.

22. Cabette ELS. Lei Maria da Penha, violência, medo e amor. *Jus*. [revista em internet]. 2013. [acesso em 29 nov 2021]. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/25829/lei-maria-da-penha-violencia-medo-e-amor>.

23. Conceição TB, Bolsoni CC, Lindner SR, Coelho EBS. Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2018;23(11):3597-3607.

24. Johnson MP, Ferraro KJ. Research on Domestic Violence in the 1990s: Making Distinctions. *Journal of Marriage and Family*. 2000;62(4):948-63.

25. Vinhas W. Construção social da violência e direitos humanos. Irecê: UNEB; 2010.

26. George MJ. Riding the Donkey Backwards: Men as the Unacceptable Victims of Marital Violence. *The Journal of Men's Studies*. 1994;3(2):137-59.
27. Bhattacharjee S. Intimate partner violence affects men as well as women. *BMJ*. 2014;348.
28. Botton FB. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. *Revista Vernáculo*. 2007;1(19/20):109-120.
29. Nolasco S. O mito da masculinidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
30. Bento BAM. O acusado: quem é? In: Oliveria DD, Geraldés EC, Lima RB (Orgs.). Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil. Série violência em manchete. Brasília: Vozes, 1998. p.151-171.
31. São Paulo. Homem: ser e/ou não ser? [livro on line]. Consórcio Intermunicipal Grande ABC. [acesso em 29 nov 2021]. Disponível em <https://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Cartilha-Masculinidades.pdf>.
32. Giffin K. Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde. *Cad. Saúde Pública*. 1994;10(1):146-155.
33. Mason B, Mason E. A masculinidade e o trabalho com as famílias. In: Perelberg RJ, Miller AC (Orgs). Os sexos e o poder nas famílias. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
34. Subirats M. La masculinidad hoy: un género obsoleto. En: Actas del Congreso internacional e interdisciplinar Mundos de Mujeres Women's Worlds 2008: La igualdad no es una utopía. Nuevas fronteras: avances y desafíos. Universidad Complutense de Madrid, 2008.
35. Veloso FGC, Natividade C. Metodologias de abordagem dos homens autores de violência contra as mulheres. In: Lopes PVL, Leite F (orgs.) Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública. 1 ed. Rio de Janeiro: 2013. p. 45-64.
36. Rothman EF, Butchart A, Cerdá M. Intervening with perpetrators of intimate partner violence: a global perspective. Geneva: World Health Organization, 2003.
37. Beiras A. Grupos de Homens autores de violência: possibilidades de intervenções diante das recomendações propostas na lei Maria da Penha. In Ronvinski SLR, Moraes R (orgs). Psicologia Jurídica: Perspectivas Teóricas e Processos de Intervenção. 1 ed, São Paulo: Vetor, 2009.
38. Toneli MJF, Lago MCS, Beiras A, Climaco DA (orgs). Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino-americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010.
39. Ponce-Antezana A. Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. *Nova Perspectiva Sistêmica*. 2012;21(42):9-25.

40. Beiras A. Instituto NOOS. Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro. [livro on line]. Rio de Janeiro: Instituto NOOS; 2014. [acesso em 29 nov 2021]. Disponível em https://nusserge.paginas.ufsc.br/files/2021/06/Relatorio-Mapeamento-SHAV_site.pdf
41. Beiras A, Nascimento M, Incrocci C. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde e Sociedade*. 2019;28(1):262-274.
42. Lima DC, Buchele F. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Physis*, 2011; 21(2):721-743.
43. Montero A, Bonino L. Criterios de calidad para intervenciones com varones que ejercen violencia en la pareja. *Rev. Empan*. 2009;73: 113- 119.
44. Silva ACLG. Violência por parceiro íntimo: o acompanhamento ao homem autor de violência. Florianópolis. Tese [Doutorado em Saúde Coletiva] - Universidade Federal de Santa Catarina.
45. World Health Organization (WHO). International Society for Prevention of Child Abuse and neglect. Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence. Geneva: WHO; 2006.
46. Brasil. Ministério da Mulher, Da família e dos Direitos Humanos. Estatuto da criança e do adolescente. [livro on line]. Brasília: MMFDH; 2019. Acesso em 29 nov 2021. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>
47. Kellogg N. The evaluation of sexual abuse in children. *Pediatrics*. 2005;116(2):506-12.
48. World Health Organization (WHO). Responding to children and adolescents who have been sexually abused: WHO clinical guidelines. Geneva: WHO, 2017.
49. Chiesa A, Goldson E. Child Sexual Abuse. *Pediatrics in review*. 2017;38(3):105-118.
50. Faleiros E, Souza CRD, Meneses L, Costa WV, Rivera FJU, Peres F, et al. Abuso sexual contra crianças e adolescentes – Os (des) caminhos da denúncia Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2003.
51. Organização Panamericana da Saúde (OPAS). Violência contra as mulheres. [publicação online]; 2021 [acesso em 29 nov 2021]. Disponível em <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women#:~:text=As%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20definem%20a,em%20vida%20p%C3%ABlica%20ou%20privada%22>.
52. Brasil. Lei nº 9394, de 7 de agosto de 2006. Estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário oficial da união. 7 ago 2006.

53. Minayo MCS. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. *Cadernos de Saúde Pública*. 2003;19(3):783-91.
54. Slutkin G. Reducing violence as the next great public health achievement. *Nat Hum Behav*. 2017;25(1):1-10.
55. Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R, editors. *World report on violence and health*. Geneva: WHO; 2002.
56. São Paulo. Secretaria Municipal da Saúde. *Caderno de violência contra a pessoa idosa: orientações gerais*. [livro on line]. São Paulo: SMS; 2007. [acesso em 29 nov 2021]. Disponível em <https://fiapam.org/wp-content/uploads/2013/12/CADERNO-DE-VIOLENCIA.pdf>
57. Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário oficial da união*. 13 jul 1990.
58. Gadelha G, Carvalho FL, Santos JV, Figueiredo K, Paiva KFL. *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. [livro on line]. Brasília: 2013. [acesso 29 nov 2021]. Disponível em <file:///C:/Users/Lucas/Downloads/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia.pdf>
59. Coelho G. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes - o papel do médico: da formação à prática profissional*. Curitiba: 2001.
60. Freitas MS. *Vitimização secundária de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual: estudo sobre a rota crítica do atendimento pelo sistema de garantia de direitos*. Criciúma. Monografia [Bacharel em Direito] - UNESC; 2016.
61. Brasil. Portaria nº 1.968/GM/MS, de 25 de outubro de 2001. Dispõe sobre a notificação, às autoridades competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de maus tratos contra crianças e adolescentes atendidos nas entidades do Sistema Único de Saúde. *Diário oficial da união*. 25 out 2001.
62. Brasil. Portaria nº 1.271/GM/MS, de 06 de junho de 2014. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. *Diário oficial da união*. 06 jun 2014.
63. Brasil. Portaria nº 204GM/MS de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. *Diário oficial da união*. 17 fev 2016.
64. Brasil. Portaria de Consolidação nº 4 GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Versa sobre a consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde. *Diário oficial da união*. 28 set 2017.

65. Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. Diário oficial da união. 17 mai 2012.
66. Pereda N, Guilera G, Fornis M, Gómez-Benito J. The prevalence of child sexual abuse in community and student samples: a meta-analysis. *Clinical psychology review*. 2009; 29 (4): 328–338.
67. Rape, Abuse & Incest National Network (RAINN). [página da internet]. Children and Teens: Statistics. [acesso m 29 nov 2021]. Disponível em <https://www.rainn.org/statistics/children-and-teens>.
68. Gawryszewski VP, Valencich DM, Carnevalle CV, Marcopito LF. Child and adolescent abuse in the state of São Paulo, Brazil. *Rev Assoc Med Bras*. 2012; 58(6):659-65.
69. Machado HB, Lueneberg CF, Régis EI, Nunes MPP. Abuso sexual: diagnóstico de casos notificados no município de Itajaí/SC, no período de 1999 a 2003, como instrumento para a intervenção com famílias que vivenciam situações de violência. *Texto Contexto Enfem*. 2005;14(esp):54-63.
70. Platt VB, Back IC, Hauschild DB, Guedert JM. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2018; 23(4): 019-1031.
71. Mascarenhas MDM et al. Violence against children: revealing the characteristics of emergency treatment, Brazil, 2006 and 2007. *Cadernos de Saúde Pública*. 2010; 26(2):347-357.
72. Modelli ME, Galvão MF, Pratesi R. Child sexual abuse. *Forensic Sci Int*. 2012 Apr 10;217(1-3):1-4.
73. Paraventi F, Claudino AM, Morgan CM, Mari JJ. Estudo de caso controle para avaliar o impacto do abuso sexual infantil nos transtornos alimentares. *Rev Psiq Clín*. 2011;38(6):222-6.
74. Delzivo CR et al. Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. 2017;33(6).
75. Brasil. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, concluída em belém do pará, em 09 de junho de 1994. Diário oficial da união. 1 ago 1996.
76. Rosa LW, Falcke D. Violência conjugal: compreendendo o fenômeno. *Revista da SPAGESP*. 2014;15(1):17-32.
77. Brasil. Lei 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25

de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário oficial da união. 9 mar 2015.

78. Brasil. Lei nº 13.871, de 17 de setembro de 2019. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados. Diário oficial da união. 17 set 2019.

79. Secretaria da Segurança Pública. A Lei Maria da Penha e as Políticas Públicas [página da internet]. Rio Grande do Sul: SSP; 2014. [acesso em 29 nov 2021]. Disponível em <https://ssp.rs.gov.br/a-lei-maria-da-penha-e-as-politicas-publicas>.

80. Garcia-Moreno C, Jansen HA, Ellsberg M, Heise L, Watts CH. Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. *Lancet*. 2006;368(9543):1260-9.

81. Ines DR, Elena SGV. Non-partner sexual violence against women in Spain: lifetime prevalence, perpetrators and consequences on mental health. *Journal of Public Health*. 2017; 39(4):738–744.

82. Mascarenhas MDM, Tomaz GR, Meneses GMS, Rodrigues MTP, Pereira VOM, Corassa RB. Analysis of notifications of intimate partner violence against women, Brazil, 2011-2017. *Rev Bras Epidemiol*. 2020;23(Suppl).

83. Nunes MCA, Lima RFF, Morais, NA. Violência Sexual contra Mulheres: um Estudo Comparativo entre Vítimas Adolescentes e Adultas. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 2017;37(04):956-969.

84. WHO. World Health Organization fact sheet 239. [página da internet]. Geneva: WGO, 2020. [acesso em abr 2020]. Disponível em <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/>. Acessado em 14.04.2020.

85. Mutta DS, Yela DA. Sociodemographic characteristics of women in a public hospital in Campinas who underwent legal abortion due to sexual violence: cross-sectional study. *Sao Paulo Medical Journal*. 2017;135(04):363-368.

86. Naughton C, Drennan J, Lyons I, Lafferty A, Treacy M, Phelan A, et al. Elder abuse and neglect in Ireland: results from a national prevalence survey. *Age Ageing* 2012;41(1):98-103.

87. Brasil. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário oficial da união. 4 jan 1994.

88. Brasil. Ministério da Saúde. Redes estaduais de atenção à saúde do idoso: guia operacional e portarias relacionadas. [livro on line]. Brasília: MS; 2002. [acesso em 29 nov 2021]. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/redes_estaduais.pdf

89. Brasil. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Diário Oficial da União. 19 out 2006.
90. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União. 1 out 2003.
91. Friedman LS, Avila S, Rizvi T, Partida R, Friedman D. Physical Abuse of Elderly Adults: Victim Characteristics and Determinants of Revictimization. *Journal of the American Geriatrics Society*. 2017;65(7):1420-6.
92. Meel BL. An epidemiology of sexual assault among elderly women in the Mthatha area of South Africa. *Medicine Science and the Law*. 2017;57(2):69-74.
93. Gil AP et al. Estudo sobre pessoas idosas vítimas de violência em Portugal: sociografia da ocorrência. *Cadernos de Saúde Pública*. 2015;31(6):1234-1246.
94. Rodrigues CL, Armond JE, Gorios C. Physical and sexual aggression against elderly persons reported in the city of São Paulo. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. 2015;18(4):755-760.
95. Warmling D, Lindner SR, Coelho EBS. Prevalência de violência por parceiro íntimo em idosos e fatores associados: revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2017;22(9):3111-3125.
96. Bolsoni CC, Coelho EBS, Giehl MWC, d'Orsi E. Prevalence of violence against the elderly and associated factors - a population based study in Florianópolis, Santa Catarina. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. 2016; 19(4):671-682.
97. Cordeiro, L., & Soares, C. B. (2019). Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa. *Boletim do Instituto de Saúde - BIS*, 20(2), 37-43. Recuperado de <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/10/1021863/bis-v20n2-sintese-de-evidencias-qualitativas-37-43.pdf>
98. Joanna Briggs Institute. Reviewers' Manual-Methodology for JBI Mixed Methods Systematic Reviews.

APÊNDICE A – DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS

Título	Autor(es)	País	Objetivo	Amostra	Fonte dos dados	Resultados	Ano	Idioma
Female sex offenders. Risk factors, characteristics and criminal behaviour	Wojcieszek A, Soria MA	Espanha	reunir informações sobre agressores sexuais femininos e descrever características comuns e diferenças dentro de comportamentos sexualmente abusivos e motivações subjacentes		revisão	A literatura sugere que as mulheres agem por motivos diferentes (dos homens). Em segundo lugar, destaca a importância das fantasias sexuais desviantes entre as mulheres agressoras sexuais. Por fim, permite uma melhor compreensão do comportamento criminoso feminino, bem como a elaboração de estratégias preventivas, de avaliação e de tratamento	2012	inglês
Injury Matters: On Female-Perpetrated Sex Crimes	Budd KM, Bierie DM	EUA	investigar as lesões sofridas por vítimas durante incidentes de agressão sexual perpetrados por mulheres denunciadas à polícia.	15.928 incidentes de injúrias	Análise de dados secundários	A extensão das lesões sofridas pelas vítimas durante os incidentes de agressão sexual foi associada a uma série de fatores, incluindo a presença de uma vítima do sexo feminino, a idade da vítima, um maior número de infratores e a presença de armas. Em particular, os incidentes que resultaram em lesões graves foram significativamente associados com uso de álcool e drogas pelo	2017	inglês

						agressor. Em geral, os incidentes com crianças pequenas tinham risco aumentado de agressão sexual, resultando em lesão maior ou menor da vítima		
Women don't do such things! characteristics of female sex offenders and offender types	Wijkman M, Bijleveld C, Hendriks J.	Holanda	estudar as características do ofensor, ofensa e vítima em uma coorte de 111 agressoras sexuais femininas adultas	111 mulheres	casos registrados no Ministério Público holandês	Em 77% dos casos, as agressoras haviam abusado de crianças; quase dois terços das mulheres haviam co-ofendido com um co-infrator do sexo masculino. Seus antecedentes são, em média, problemáticos com abuso sexual em destaque (31%); transtornos mentais também foram proeminentes (59%). Usando a análise de correspondência múltipla, os autores distinguiram quatro protótipos de infratores. Eles identificaram a jovem agressora e a estupradora que são relativamente jovens solitárias. Dois protótipos, a co-infratora psicologicamente perturbado e a mãe passiva compreendem mulheres mais velhas. Elas abusaram principalmente de seus próprios filhos juntamente com o seu	2010	inglês

						parceiro masculino/íntimo. Esses protótipos se sobrepõem parcialmente a tipologias anteriores.		
Female sex offenders who abuse children whilst working in organisational contexts: offending, conviction and sentencing (2018)	Darling, A. and Hackett, S. and Jamie, K	Reino Unido	estudar o abuso de crianças em contextos organizacionais por mulheres	71	casos de polícia e tribunais	a maioria das mulheres agia sozinha e não tinha antecedentes criminais ou trabalhistas. As vítimas eram tipicamente do sexo masculino e com idades entre 15 e 16 anos. A maioria recebeu penas de prisão de 2-3 anos de duração.	2018	inglês
An Analysis of Females Convicted of Sex Crimes in the State of Florida	Ferguson CJ, Meehan DC	EUA	fornecer suporte preliminar para a existência de tendências gerais de comportamento entre agressoras sexuais femininas	279 condenadas	Dados obtidos do Departamento de Correções da Flórida	Os resultados indicaram que as agressores sexuais do sexo feminino tendem a se envolver em comportamentos que se enquadram em três padrões distintos, diferindo de acordo com as características do agressor, idade da vítima e uso da força.	2005	inglês
Child Sexual Abuse Perpetrated by Women: Case Series and Review of the Literature	Curti SM, Lupariello F, Coppo E, Praznik EJ, Racalbutto, SS, Di Vella G	Italia	analisar de dados clínicos e judiciais de um pequeno número de casos de suspeita de abuso sexual infantil perpetrado por mulheres.	8 mulheres	análise retrospectiva dos casos atendidos em um Hospital Pediátrico de Turim (Itália).	O papel das suspeitos em relação à vítima foi assim distribuído: A mulher era avó paterna de cinco das 11 vítimas (45,4%); a mãe biológica de três das 11 vítimas (27,3%); vizinha de duas das 11 vítimas (18,2%); e a babá para uma vítima (9,1%). Em todos os casos, ela era a cuidadora da	2019	inglês

						vítima, usualmente (um caso, 12,5%) ou ocasionalmente (sete casos, 87,5%). Todas negaram as acusações.		
Female Offenders in Child Sexual Abuse Cases: A National Picture	McLeod DA	EUA	Apresenta um exame de praticamente todos os casos comprovados de abuso sexual infantil relatados a crianças serviços de proteção nos Estados Unidos em 2010	66.765 casos	Os dados contidos neste conjunto foram coletados nos relatórios do sistema de proteção à criança para 49 estados, o Distrito de Columbia e Porto Rico	pouco mais de 20% dos casos comprovados de abuso sexual infantil que são relatados aos serviços de proteção infantil nos Estados Unidos envolvem um agressor principal que é do sexo feminino, as ofensoras mostraram uma tendência a não só ofender crianças mais novas que os homens, mas também ter uma distribuição mais ampla nas faixas etárias de suas vítimas, as mulheres eram mais propensas ser listado como mãe da vítima (77,8%) do que homens de serem pais (31,3%)	2015	inglês
Women convicted of a sexual offence, including child pornography production: two case reports	Prat S, Bertsch I, Chudzik L, Réveillère Ch.	Canadá	Apresentar dois casos de mulheres acusadas de crimes sexuais contra menores,	2 mulheres	banco de dados de avaliação de psiquiatria forense	As características psicopatológicas de mulheres abusadoras sexuais e das mulheres em nossos casos tendem a sugerir que o download deliberado de imagens de pornografia infantil entre as mulheres é incomum, pois seu comportamento desviante não está relacionado	2014	inglês

						à excitação sexual pedófila. Supõe-se que o ato permite que as mulheres perpetradoras satisfaçam os impulsos sexuais de seus cônjuges. O abuso sexual por mulheres existe, mas a natureza do abuso parece ser específico para o gênero do perpetrador.		
Deconstructing Incidents of Female Perpetrated Sex Crimes: Comparing Female Sexual Offender Groupings	Budd KM, Bierie DM, Williams K.	EUA	analisar incidentes de ofensa sexual cometidos por quatro grupos: agressoras sexuais femininas individuais (n = 29.238), pares mistos consistindo de um agressor sexual masculino e um agressora sexual (n = 11.112), grupos exclusivamente femininos (n = 2.669) e múltiplos grupos de agressores que consistem em uma combinação de três ou mais agressores sexuais do sexo feminino e agressores sexuais do sexo masculino (n = 4.268).	47.287 incidentes de crimes sexuais envolvendo mulheres agressoras	A pesquisadora analisou dados do Sistema Nacional de Relatórios Baseados em Incidentes (NIBRS)	Usando um modelo de regressão logística multinomial, os dados mostram diferenças significativas nas características do infrator, da vítima e do contexto do crime. Os dados também indicam que os incidentes com agressoras sexuais femininas solitárias e grupos só de mulheres têm características semelhantes, pares mistos e incidentes com múltiplos agressores têm características semelhantes, e essas duas categorizações são bastante distintas uma da outra.	2017	inglês
Multiple Perpetrator	Wijkman MDS, da	Holanda	Examinar as diferenças	246 agressor	Os dados	Diferenças significativas	2021	inglês

Rape Committed by Female Offenders: A Comparison of Solo, Duo, and 3+ Group Offenders	Silva T.		nas características da agressora, ofensa e vítima entre agressoras sexuais do sexo feminino que cometem seus crimes sozinhas em comparação com mulheres que cometem seus crimes como parte de uma dupla ou como parte de um grupo 3+.	as sexuais	foram obtidos do Ministério Público da Holanda	entre infratoras individuais (n = 73), duplas (n = 146) e grupos 3+ (n = 27) foram encontradas para a idade na primeira condenação, idade no momento do crime, atos sexuais realizados, violência física e verbal, sexo da vítima, relação com a vítima, idade da vítima e local onde ocorreu o abuso. Havia quatro indicadores que poderiam prever o tipo de agressão. As co-infratoras eram mais propensas que as infratoras solitárias a realizar penetração em uma vítima intrafamiliar do sexo feminino dentro de casa.		
Recidivism Among Female Child Molesters	Bader SM, Welsh R, Scalora MJ.	EUA	examinar duas medidas de resultados potenciais para estudar com precisão a reincidência entre 57 agressoras sexuais do sexo feminino	57 mulheres	dados do registro de abuso infantil de Nebraska, registro de agressores sexuais e registros estaduais de aplicação da lei.	Com base na medida de desfecho da reincidência criminal, 10 (17,5%) mulheres foram acusadas de um crime sexual subsequente. A medida de reincidência relatada mais ampla identificou seis mulheres adicionais com contato posterior com a polícia ou agências de bem-estar infantil por comportamentos sexualmente inapropriados.	2010	inglês

						Não foram encontradas diferenças significativas entre as 41 não reincidentes e as 16 reincidentes.		
Characteristics of Perpetrators of Child Sexual Abuse Who Have Been Sexually Victimized as Children	Craissati J, McClurg G, Browne K.	Reino Unido	Explorar as diferenças entre os perpetradores vítimas e não vítimas de abuso sexual infantil	178	A amostra foi composta por todos os perpetradores condenados encaminhados ao Projeto Desafio - um programa comunitário de avaliação e tratamento para criminosos sexuais	Descobriu-se que os abusadores de crianças sexualmente vitimizados eram significativamente mais propensos a ter sofrido uma série de abusos e dificuldades na infância; eles eram mais propensos a ter uma série de dificuldades psicosexuais, a relatar maiores níveis de atitudes relacionadas a ofensas desviantes na medida psicométrica, serem reincidentes e abusarem de meninos. Tanto abuso emocional/físico quanto negligência na infância e ter contatos homossexuais na idade adulta contribuíram para um modelo preditivo, distinguindo de forma confiável entre abusadores sexuais de crianças sexualmente vitimizados e não sexualmente vitimizados.	2002	inglês
Recidivism of child molesters: A study of victim relationship	Greenberg D, Bradford J, Firestone P, Curry	Canadá	Comparar as taxas de reincidência entre molestatadores de crianças	400 homens	Todos foram entrevistados em um hospital	A maioria dos homens (16,2%) eram conhecidos das vítimas foram acusados de uma nova ofensa	2000	inglês

with the perpetrator	S.		condenados que abusaram dos filhos biológicos, enteados e relacionamentos em que a criança é um membro da família extensa, conhecido ou estranho à vítima.		universitário na Clínica de Comportamentos Sexuais	sexual mais do que os homens que ofenderam sexualmente contra filhos biológicos (4,8%) ou enteados (5,1%). A porcentagem de homens que foram posteriormente autuados por qualquer tipo de crime e que ofenderam seus filhos biológicos (19%) foi menor do que os homens que ofenderam crianças membros da família extensa (40%), conhecidas (35,9%) ou estranhas (45,2%). Ao comparar as diferentes categorias de relacionamento da vítima com o agressor, a categoria de estranho tem se destacado como grupo com maior risco de reincidência. Nossos resultados mostraram que, comparativamente, o risco do grupo de conhecidos é uma categoria de risco significativamente maior do que se pensava anteriormente.		
Comparando agressores sexuais seriais e não seriais:	Baltieri DA, Andrade AG	Brasil	avaliar diferenças entre agressores sexuais seriais e não	168 agressores encarcerados	estudo transversal e retrospectivo	Agressores sexuais de três ou mais vítimas mostraram maior frequência de história de abuso	2008	inglês

consumo de álcool e outras drogas, impulsividade e história de abuso sexual			seriais em termos de consumo de álcool e de outras drogas, impulsividade e história pessoal de abuso sexual			<p>sexual na infância do que agressores de apenas uma vítima. A análise de variância (ANOVA - One-Way) indicou que os agressores sexuais de três ou mais vítimas mostraram significativamente maiores escores nas Escalas de Impulsividade de Barratt e de Rastreamento para Dependência de Sexo do que os agressores de uma vítima. Após realização de análise de regressão logística multinomial, a Escala de Impulsividade de Barratt e a história de abuso sexual foram fatores preditores para o grupo dos agressores de três ou mais vítimas em relação aos agressores de uma vítima.</p> <p>Agressores sexuais de três ou mais vítimas apresentam características diferentes dos outros grupos de agressores sexuais estudados, e tais achados podem auxiliar no desenvolvimento de propostas de manejo destes tipos de apenados.</p>		
Delinquente	Lomelí	México	conhecer a	120	process	Os resultados	2000	espan

s sexuales que llegan a un CERESO y su tipificación	GMI, García TBE		incidência de crimes sexuais, os fatores que cercam seu cometimento e a relação com a vítima	casos	os judiciais foram revistos, presos foram entrevistados	mostraram 38 casos (31,6%) entre 31 e 40 anos, 41 casos em união consensual (34,1%); 65 (54,1%) com escolaridade básica, quase todos trabalhando no comércio 104 (86,6%). Histórico de uso de álcool ou drogas em mais da metade, 58,3%; Além disso, 39 casos tinham antecedentes criminais (32%). O tipo de contato mais frequente foi vaginal em 60 casos. O principal crime foi o estupro em 72 casos (60%) e 34 foram acusados de um crime agregado. Clinicamente, 49 casos (40,8%) correspondiam a pedofilia com atração por mulheres, apenas 16 das vítimas denunciaram o caso. O agressor, justificou de diversas formas sua conduta ou minimizou-a durante sua declaração, 62 relataram maus tratos por parte de outros internos ao ingressar no Centro de Reinserción Social		hol
An Exploration of Crossover Sexual Offending	Kleban H, Chesin MS, Jeglic EL, Mercado CC	EUA	Examinar a tendência dos criminosos sexuais de mudar de um tipo de vítima para	789 condenados	registros de crimes foram examinados	Dos infratores que tiveram múltiplas vítimas, 13% tiveram vítimas de ambos os sexos, 14% tiveram vítimas	2012	inglês

			outro			em diferentes faixas etárias (criança, adolescente e adulto) e 13% tiveram relações variadas com as vítimas (ou seja, membro da família, conhecido ou estranho). Quando examinados os prontuários daqueles com condenações sexuais anteriores (n = 208), 20% dos infratores tiveram uma vítima anterior de outro gênero; 40% cruzaram todas as categorias de idade e 48% dos reincidentes tiveram relacionamentos variados com a vítima em todas as condenações. Os ofensores que tiveram vítimas do sexo masculino e feminino e os ofensores que tiveram vítimas de status de relacionamento variado entre os crimes tiveram pontuações de risco Estático-99 mais altas do que os ofensores que eram mais estáveis em relação à seleção de vítimas.		
Suicide of perpetrators after disclosure of child sexual abuse	Wild NJ	Reino Unido	registra nove casos em que o agressor tentou ou cometeu suicídio durante a investigação	9 casos	revisão retrospectiva	breve descrição dos nove casos	1988	inglês

			ou após processos criminais relacionados com o abuso sexual de crianças					
The Relationships of Perpetrator and Victim Substance Use to the Sexual Aggression of Rapists and Child Molesters	Hamdi NR, Knight RA	EUA	investigar o uso de substâncias no estupro e abuso sexual de crianças.	245 estupradores do sexo masculino e 273 molestadores de crianças do sexo masculino	Os dados foram obtidos a partir de registros de arquivos dos infratores	As análises mostraram que a magnitude da associação positiva entre o uso de álcool por perpetrador e a agressão em crimes sexuais não diferiu entre estupradores e molestadores de crianças. Em contraste, o uso de drogas foi associado ao aumento da agressividade apenas entre os molestadores de crianças. O uso de substâncias pela vítima foi relacionado ao aumento da agressividade apenas entre estupradores	2012	inglês
Relationship Type and Sexual Precedence: Their Associations With Characteristics of Sexual Assault Perpetrators and Incidents	Wegner R, Pierce J, Abbey A.	EUA	identificar semelhanças e diferenças nas características dos perpetradores de agressão sexual e incidentes associados ao contexto de relacionamento e precedência sexual entre a vítima e o perpetrador.	204 autores de violência sexual	A amostra foi restrita aos participantes de um estudo de base populacional que relataram ter perpetrado pelo menos um ato de agressão sexual desde os 14 anos	Foram encontrados efeitos significativos do tipo de relacionamento e precedência sexual associados à diferença individual e características do incidente. Esses achados demonstram a importância do desenvolvimento de teorias e programas de prevenção adaptados para diferentes contextos de relacionamentos.	2014	inglês

					(43%; n = 204).			
Sexual Abuse Within Employment Settings: A Comparison of Work-Related, Intra- and Extra-Familial Child Molesters	Falkenbach DM, Foehse A, Jeglic E, Calkins C, Raymaekers L.	EUA	comparar ofensores em variáveis relacionadas à estabilidade do estilo de vida financeiro/em prego, nível de risco/periculosidade, oportunidade de abuso e seleção da vítima.	1.161 indivíduos que cometeram um crime contra uma criança.	Os dados de arquivo para este estudo foram coletados como parte de um estudo maior que examinava a colocação de criminosos sexuais dentro de um sistema de justiça criminal estadual.	os abusadores de crianças que trabalhavam com crianças tendiam a ser mais instruídos, eram menos propensos a se casar, tinham menos convicções não sexuais e eram mais propensos a abusar de crianças pós-púberes do sexo masculino em comparação com infratores intra e extrafamiliares que não trabalhavam com crianças.	2019	inglês
Cycle of abuse and psychopathology in cleric and noncleric molesters of children and adolescents	Haywood TW, Kravitz HM, Wasyliw OE.	EUA	examinar uma amostra de molestadores de crianças clérigos e não-clérigos e sujeitos normais de controle na sua exposição ao abuso sexual na infância e na psicopatologia atual	A amostra incluiu 45 molestadores de crianças não-clérigos, 40 não-clérigos normais de controle, 24 clérigos molestadores de crianças e 48 clérigos sujeitos de controle normal	Dados para todos os molestadores de crianças admitidos foram reunidos no curso de avaliação psicológicas forenses na Clínica de Comportamentos	Os resultados indicaram que a exposição ao abuso sexual na infância foi associada a se tornar um molestador de crianças para abusadores clérigos e não clérigos ($p < 0,0002$). Não clérigos indicaram psicopatologia mais grave do que os clérigos. O abuso sexual na infância é um dos muitos fatores de risco para se tornar um perpetrador de abuso sexual infantil na idade adulta	1996	inglês

					Sexuais do Isaac Ray Center	para molestatadores de crianças clérigos e não-clérigos. Infratores não clérigos demonstraram mais sociopatia e transtorno mental em geral, enquanto os ofensores clérigos indicaram mais conflitos sexuais, sugerindo diferentes etiologias da ofensa entre molestatadores de crianças clérigos e não-clérigos		
Child perpetrators —children who molest other children: Preliminary findings	Johnson TC	EUA	Descrever sobre os as crianças que molestam crianças menores do que eles.	47 meninos	Os 47 meninos descritos neste artigo foram todos tratados no programa SPARK	Antes de seus próprios comportamentos sexualmente abusivos, 49% desses meninos foram abusados sexualmente e 19% abusados fisicamente. Todas as crianças conheciam as pessoas que as vitimaram. Todos esses agressores de crianças do sexo masculino conheciam as crianças que molestaram. Em 47% dos casos o abuso sexual foi de um irmão. O número médio de vítimas dessas crianças foi de 2,1 com variação de 1 a 7. A idade média no momento da perpetração foi de 8 anos e 9 meses.	1988	inglês
Predictors of victim disclosure in child sexual	Leclerc B, Wortley R.	Canadá	Examinar os potenciais preditores da revelação da	369 homens adultos que	Os participantes foram	A revelação aumentava com a idade da vítima e se a penetração	2015	inglês

<p>abuse: Additional evidence from a sample of incarcerated adult sex offenders</p>			<p>vítima, incluindo variáveis relacionadas à vítima e à ofensa, bem como os efeitos da interação entre essas variáveis.</p>	<p>foram condenados por crime sexual contra uma criança com idade entre 1 e 17 anos</p>	<p>avaliados em uma instituição de segurança máxima do Serviço Correcional do Canadá</p>	<p>havia ocorrido. Além disso, descobrimos que a revelação aumentou quando a vítima veio de uma família não disfuncional e resistiu ao abuso. A presença de um efeito de interação destacou o impacto da situação na revelação da vítima. Esse efeito indicou que, à medida que as vítimas envelhecem, elas são mais propensas a revelar o abuso quando não estão morando com o agressor no momento do abuso, mas menos propensas a fazê-lo quando estão morando com o agressor no momento do abuso. Esses achados são discutidos em relação a estudos anteriores e a necessidade de facilitar a revelação das vítimas.</p>	
<p>Perpetrators of Intimate Partner Sexual Violence: Are There Unique Characteristics Associated With Making Partners Have Sex Without a Condom?</p>	<p>Purdie MP, Abbey A, Jacques-Tiura AJ</p>	<p>EUA</p>	<p>Examinar as correlações de fazer um parceiro íntimo se envolver em sexo desprotegido entre os autores de violência sexual.</p>	<p>78 homens</p>	<p>Os participantes antes foram recrutados para um estudo maior de administração de álcool usando listas</p>	<p>Quarenta e sete por cento dos participantes (n = 37) fizeram uma parceira fazer sexo sem preservativo e 53% (n = 41) não. Os perpetradores aceitavam mais usar pressão verbal contra as mulheres, mantinham atitudes mais positivas em</p>	<p>2010 inglês</p>

					fornecidas por cartório e panfletos afixados no campus, para este estudo foi usado uma subamostra	relação a sexo casual, teve relações sexuais com mais frequência, agrediu fisicamente uma parceira mais frequentemente (efeito marginal), e mais frequentemente feriu sua parceira em relação aos que não forçaram relações sexuais desprotegidas. Não houve diferenças na dominância sexual ou consumo de álcool durante as situações sexuais		
Victim-Choice Polymorphia Among Serious Sex Offenders	Guay JP, Proulx J, Cusson M, Ouimet M	Canadá	O objetivo do nosso estudo foi duplo: investigar a polimorfia da vítima, ou seja, o grau para os quais os criminosos sexuais tendem a mudar de um tipo de vítima para outro; e identificar as transições de tipo de vítima mais comuns, bem como as menos comuns ou prováveis	178 agressores sexuais encarcerados	As fontes de dados foram registros oficiais (registros policiais, depoimentos das vítimas) e entrevistas com infratores	Os resultados mostraram que os agressores sexuais permaneceram estáveis na escolha da vítima de uma ofensa para outra em termos de idade e sexo da vítima e relação agressor-vítima. Os sujeitos caracterizados por altos níveis de polimorfia eram pseudoincestos e agressores sexuais de familiares, enquanto os agressores sexuais de mulheres desconhecidas e crianças desconhecidas foram caracterizados por baixos níveis de polimorfia	2001	inglês
The nature and frequency of	Nhundu TJ, Shumba	Zimbábue	investigar a natureza e a magnitude	110 professores	Estudo retrospectivo de	Em termos de gênero, 108 (98%) das vítimas	2001	inglês

reported cases of teacher perpetrated child sexual abuse in rural primary schools in Zimbabwe	A.		dos casos relatados de abuso sexual infantil perpetrado por professores de alunos de escolas primárias rurais		série de casos de casos relatados de abuso sexual infantil extraídos de seis jurisdições educacionais selecionadas aleatoriamente	eram meninas, enquanto todos os agressores eram professores do sexo masculino. O sexo com penetração foi o tipo de abuso sexual mais prevalente (70%). Enquanto isso, a idade modal para abuso sexual na amostra do estudo foi de 12 anos, o que representa 46% dos casos notificados, enquanto a faixa etária mais vulnerável foi composta por crianças púberes (11 a 13 anos), que representaram 69% de todos os casos de abuso sexual. Por um lado, os professores iniciantes (0-5 anos), que compunham 63% da amostra do estudo, estavam em maior risco de abusar sexualmente de crianças em idade escolar. Por fim, 78% dos 32 casos tratados pelos tribunais resultaram em condenações, enquanto 83% de todos os professores agressores foram demitidos do serviço docente.		
Personality characteristics of father/perpetrators and nonoffenders	Smith DW, Saunders BE.	EUA	O presente estudo examinou características individuais de	65 mães não infratoras e 94 pais/autoridades de		No nível individual, uma minoria de mães e ofensores diferia das normas em traços	1995	inglês

g mothers in incest families: Individual and dyadic analyses			personalidade de 65 mães não infratoras e 94 pais/autores, e usou correlações canônicas e análises de regressão múltipla para examinar padrões de traços de personalidade que ocorrem em 63 pares de pais e mães nos quais houve abuso sexual infantil reconhecido.	violência sexual		que refletiam inadequação social, mas nenhum desvio de personalidade era prototípico em nenhum dos grupos. No nível diádico, não foi encontrada nenhuma evidência de um emparelhamento “dominante-submisso” generalizado. Os resultados indicaram que os traços do pai/perpetrador tendiam a ser semelhantes aos traços das mães não infratoras. As implicações forenses, clínicas e de pesquisa dos resultados são discutidas.		
Suspect Aggression and Victim Resistance in Multiple Perpetrator Rapes	Woodhams J, Cooke C	Reino Unido	Vários fatores que têm sido associados à agressividade elevada em amostras genéricas de estupro foram examinados pela primeira vez com uma amostra de estupros com múltiplos perpetradores.	240 suspeitos do sexo masculino	Arquivos policiais sobre 89 estupros de estranhos com múltiplos perpetradores cometidos por	O grau de resistência da vítima foi significativa e positivamente associado à agressão suspeita. As vítimas mais velhas foram as que receberam níveis significativamente mais altos de agressão suspeita. Vítimas incapacitadas por drogas e/ou álcool apresentaram menor probabilidade de serem alvos de agressões suspeitas. Os líderes dos grupos apresentaram mais agressão à vítima do que os seguidores nos	2013	inglês

						grupos. O número de perpetradores esteve significativamente relacionado com o grau de resistência apresentado pela vítima, sendo os crimes perpetrados por menos suspeitos caracterizados por uma maior resistência da vítima.		
A comparison of men who committed different types of sexual assault in a community sample	Abbey A, Parkhill MR, Clinton-Sherrod AM, Zawacki T.	EUA	examinar até que ponto os preditores comuns de perpetração de agressão sexual de estudantes universitários também previam agressão sexual em uma amostra da comunidade.	163 homens	Auto-entrevistas assistidas por computador foram realizadas com uma amostra representativa de 163 homens em uma grande comunidade urbana.	Como hipotetizado, muitas variáveis que são preditores significativos de perpetração de agressão sexual em amostras de estudantes universitários também foram preditores significativos nesta amostra, incluindo empatia, apego adulto, atitudes sobre sexo casual, dominância sexual, consumo de álcool em situações sexuais e aprovação de colegas de sexo forçado. Para a maioria das medidas, as diferenças mais fortes foram entre não agressores e homens que cometeram atos que atendiam às definições legais de estupro. Homens que cometeram contato sexual forçado e coerção verbal tenderam a ter pontuações	2007	inglês

						que ficaram entre as dos outros dois grupos.		
Factors associated with the perpetration of sexual violence among wine-shop patrons in Chennai, India	Go VF, Srikrishnan AK, Salter ML, Mehta S, Johnson SC, Sivaram S, Davis W, Solomon S, Celentano DD	India	estimar a prevalência de violência sexual e identificar fatores de risco associados à prática de sexo forçado.	1499 homens	Os entrevistadores administraram um questionário padronizado de avaliação de risco comportamental de 30 minutos em Tamil usando entrevista pessoal assistida por computador	Entre 1.499 homens, 28,5% relataram sexo forçado com pelo menos um parceiro nos últimos 3 meses. Na análise multivariada, ter renda em menos de 12 meses por ano, visitar a loja de vinhos com amigos, sintomas de DST, perpetração de violência física e número de parceiros sexuais foram estatisticamente significantes associados à prática de sexo forçado. Homens que relataram ter 3 ou mais amigos próximos foram menos propensos a cometer violência. Intervenções de HIV que facilitam grupos formais que promovem apoio social positivo e abordam uma série de comportamentos de risco de HIV, incluindo comportamentos sexualmente e fisicamente abusivos, são recomendados para reduzir a violência sexual.	2010	inglês
Manipulation and force as sexual coercion tactics: conceptual and empirical	Lyndon, A.E., White, J.W., & Kadlec, K.M.	EUA	examinar a relação entre as características do perpetrador, características e tipo de	835 homens	Este estudo é elaborado a partir da primeira onda de	Como previsto, os homens que usaram a força relataram mais abuso sexual na infância, testemunharam mais	2007	inglês

differences			táticas de coerção sexual usadas para obter contato sexual (incluindo relação sexual) com um parceiro relutante.		dados de um estudo longitudinal maior sobre perpetração e vitimização de abuso sexual	violência, aceitavam mais a violência masculina e eram menos propensos a endossar o amor como motivo para sexo do que os homens em ambos os grupos de manipulação e consentimento. Os homens do grupo de força também foram mais propensos a ter um relacionamento casual com a mulher, e estar bebendo e também intoxicados durante o incidente coercitivo do que os homens do grupo de manipulação. Os resultados sugerem que os tipos de tática usados em agressões sexuais podem ser distinguidos com base na pessoa e variáveis situacionais e que o conhecimento dessas diferenças pode facilitar pesquisas futuras, bem como dissuasão de estupro e programas de intervenção		
Men's alcohol intoxication and condom use during sexual assault perpetration	Davis KC, Kiekel PA, Schraufnagel TJ, Norris J, George WH,	EUA	Avaliar a associação entre consumo de álcool e uso de preservativo durante atos de agressão	225 homens	O present e estudo relata dados coletados de questio	Mais de um terço dos entrevistados relataram pelo menos uma perpetração de agressão sexual com penetração 35,6% (n = 79). O preservativo não	2012	inglês

	Kajumulo KF		sexual com penetração perpetrados por homens adultos jovens.		nários que foram administrados como parte de um estudo experimental maior	foi usado em 70,0% das agressões sexuais com penetração. Quando houve consumo álcool, os agressores foram significativamente menos propensos a usar preservativos. As agressões sexuais relatadas por esta amostra consistiram tipicamente no consumo de álcool pelo perpetrador e no não uso de preservativo. Os programas voltados à saúde sexual e à redução do risco de agressão seriam aprimorados ao abordar essa interação de álcool, violência e risco.		
A prospective analysis of sexual assault perpetration: risk factors related to perpetrator characteristics	Loh C, Gidycz CA, Lobo TR, Luthra R	EUA	Avaliar o valor preditivo relativo das características do perpetrador que contribuem para a perpetração de agressão sexual, incluindo o impacto das atitudes e crenças percebidas pelos pares	325 homens	A perpetração de agressão sexual foi avaliada em três períodos de tempo: pré-teste, 3 meses de acompanhamento e 7 meses de acompanhamento.	Análises retrospectivas e prospectivas produziram preditores diferenciais de comportamento sexual agressivo. No entanto, a perpetração de agressão sexual em qualquer período de avaliação específico foi um preditor de perpetração durante o período de acompanhamento subsequente. Além disso, várias variáveis que já foram demonstradas na literatura estão	2005	inglês

						relacionadas à perpetração de agressão sexual não foram significativos nas análises de regressão, indicando que essas variáveis podem se tornar insignificantes quando contabilizada perpetração em análises prospectivas.		
Undergraduate Men's Self-Reports of Sexual Assault and Perceptions of College Campus Acquaintance and Rape	McDaniel MC, Rodriguez DN.	EUA	Examinar a taxa de agressão sexual autorrelatada entre homens universitários em uma escola particular na qual a maioria dos alunos vive em moradias universitárias	218 homens	Aplicação de questionários	Aproximadamente, 4,6% dos homens relataram ter cometido agressão sexual. Uma análise Bayesiana indicou que os infratores autodeclarados não tiveram pontuação diferente no MRNI e AMMSA do que os não infratores autodeclarados, nem viram o cenário hipotético de maneira diferente. No geral, os homens que endossavam as normas do papel masculino tendiam a aceitar os mitos modernos sobre estupro e tendiam a atribuir mais culpa à vítima e menos culpa ao perpetrador no cenário de estupro por alguém conhecido.	2021	inglês
Demographic and Motivation Differences Among Online Sex	Navarro JN, Jasinski JL	EUA	Analisar a relação entre antecedentes demográficos e características		dados de registros de prisões coletados	Usando regressão logística multinomial, este estudo descobriu que	2015	inglês

<p>Offenders by Type of Offense: An Exploration of Routine Activities Theories</p>			<p>indicativas de motivação e tipo de ofensa</p>		<p>os durante a segunda onda do Estudo Nacional de Vitimização Juvenil Online (N-JOV2), a qual consistiu em casos de prisões ocorridas durante o ano civil de 2006</p>	<p>características indicativas de motivação variam de acordo com os tipos de ofensa. Duas implicações importantes deste estudo são que o termo "agressor sexual online" engloba diferentes tipos de infratores, incluindo alguns que não se alinham com a caracterização de "predadores" pela grande mídia e que o potencial infrator dentro da teoria da atividade rotineira pode ser o foco de investigação empírica, em vez de tomada como um dado na pesquisa</p>	
<p>Evidence of increased STI/HIV-related risk behavior among male perpetrators of intimate partner violence in Guatemala: results from a national survey</p>	<p>Hembling J, Andrinopoulos K</p>	<p>Guatemala</p>	<p>avaliar a relação entre VPI emocional e física/sexual e os comportamentos de risco relacionados a IST/HIV de infidelidade e de pagar por sexo</p>	<p>4.773 homens</p>	<p>usando dados de uma pesquisa nacional realizada em 2009 na Guatemala</p>	<p>Modelos de regressão logística foram executados para testar associações entre VPI para cada comportamento sexual de risco. A perpetração de VPI emocional e física/sexual foi mais comum entre homens casados/companheiros que tinham mais de 24 anos, tinham mais educação, viviam em áreas urbanas, ou estavam em união estável versus uniões casadas. Relatos de VPI emocional no ano anterior</p>	<p>2014 inglês</p>

						<p>a perpetração aumentou à medida que o quintil de riqueza aumentou. Após o ajuste para dados demográficos e outras características, a perpetração de violência física/sexual de VPI foi associada à infidelidade no ano anterior (AOR 1,9, IC 95%: 1,1–3,6). A VPI emocional (AOR 1,4, IC 95%: 1,1–1,7) e VPI física/sexual 1,6 (IC 95% 1,2–2,0) na vida foram positivamente associados já ter pago por sexo. O endosso das normas tradicionais de papéis de gênero mostrou uma associação marginalmente positiva com a infidelidade do ano passado no modelo ajustado (AOR 1,3, IC 95% 1,0–1,8).</p>		
Child sexual abuse: Very young perpetrators	HB Cantwell	EUA	<p>Ilustrar a evolução de crianças vítimas a perpetradoras de violência sexual</p>	3 casos	nao fornece	<p>Os casos demonstram que as crianças vitimizadas se tornam perpetradoras, muitas vezes pais não querem reconhecer o problema. Devem ser abertas investigações sempre que crianças apresentem comportamento sexual atípico. Programas de</p>	1988	inglês

						educação parental são necessários para resolver esse problema		
Developmental and etiological characteristics of children with sexual behaviour problems: Treatment implications	Gray A, Pithers WD, Busconi A, Houchens P	EUA	relatar dados demográficos, ajustamento psicológico, vitimização e perpetração de crianças de 6 a 12 anos de idade com comportamentos sexuais inesperados.	127 crianças	Uma bateria de dispositivos psicométricos e uma entrevista estruturada foram concluídas com 127 crianças com problemas de comportamento sexual e seus cuidadores primários na admissão a um estudo de resultados de tratamento.	Mais da metade das crianças envolvidas em comportamentos sexuais inesperados no desenvolvimento foram abusadas sexual e fisicamente por mais de dois perpetradores diferentes. Um terço das pessoas que maltrataram essas crianças tinham menos de 18 anos. Essas crianças agiram contra uma média de duas outras crianças. Altos níveis de angústia nas crianças e seus cuidadores foram evidentes em várias variáveis psicométricas e históricas.	1999	inglês
Exploring taboos: Comparing male- and female-perpetrated child sexual abuse	Peter T	Canadá	O objetivo deste artigo é comparar os crimes sexuais cometidos por homens e por mulheres em termos de características da vítima e do agressor, tipo de abuso, estrutura familiar e informações do trabalhador	308 homens e 37 mulheres autores de violência sexual	Dados secundários: estudo nacional de maus-tratos infantis no Canadá administrado pela Health Canada	Os resultados mostram uma taxa de prevalência de 10,7% para abuso sexual perpetrado por mulheres. As meninas eram mais propensas a serem vitimizadas por ambos os sexos e as mulheres tendiam a abusar de crianças mais novas. A maioria das crianças vinham	2009	inglês

						de famílias com nível socioeconômico mais baixo, embora uma em cinco vítimas de abuso sexual perpetrado por mulheres vieram da classe média.		
Adolescentes ofensores sexuais atendidos em uma instituição de saúde do Centro-Oeste do Brasil	Borges MM, Costa LF	Brasil	Caracterizar o adolescente que cometeu ofensa sexual atendido em uma instituição de saúde da Região Centro-oeste do Brasil	25 adolescentes	análise documental dos prontuários	Foi observada a predominância da prática ofensiva por adolescentes do sexo masculino, idade média da prática ofensiva de 12 anos; Há proximidade de parentesco entre a vítima e o adolescente, a vitimização ocorreu no domicílio do adolescente, e houve ausência de aplicação de medidas de proteção e/ou de responsabilização dos adolescentes. Em síntese, os casos de ofensa sexual são caracterizados como violência sexual oportunista.	2020	português
Sexual Aggression Victimization and Perpetration Among Female and Male University Students in Poland	Tomaszewska P, Krahé B	Polônia	examinar a prevalência de vitimização e perpetração de agressão sexual desde os 15 anos em uma amostra de conveniência de 565 estudantes universitários	565 estudantes universitários poloneses (356 mulheres).	Para medir a perpetração e vitimização da agressão sexual, usamos a Escala de Agressão e Vitimização Sexual (SAV-S;	A taxa geral de vitimização autorrelatada foi de 34,3% para mulheres e 28,4% para homens. A taxa geral de perpetração foi de 11,7% para homens e 6,5% para mulheres. A diferença de gênero foi significativa apenas para a perpetração. As taxas de prevalência de	2018	inglês

					Krahé & Berger, 2013) que foi inspirada na SES (Koss et al., 2007)	vitimização e perpetração foram maiores para pessoas conhecidas umas das outras do que para estranhos. Na maioria dos incidentes de vitimização e perpetração, o álcool foi consumido por uma ou ambas as partes envolvidas.		
Why Is There a Strong Positive Correlation Between Perpetration and Being a Victim of Sexual Coercion? An Exploratory Study	Mathes EW	EUA	determinar se a correlação entre perpetração e ser vítima de coerção sexual se deve à falta de autocontrole, estilo de vida coercitivo ou relacionamentos amorosos disfuncionais.	262 estudantes universitários (116 homens, 143 mulheres e três não especificados)	Aplicaram-se questionários aos estudantes	Não foi encontrado suporte para as falta de autocontrole e estilo de vida coercitivo; foi encontrado suporte para a explicação dos relacionamentos disfuncionais. Análises de regressão múltipla descobriram que a variável de autocontrole que melhor (negativamente) predisse tanto a perpetração quanto ser vítima de coerção sexual estava ligado a valorização de relacionamentos românticos de longo prazo e com comprometimento. As intervenções para prevenir a perpetração e ser vítima de coerção sexual devem se concentrar não apenas na vítima/perpetrador individual, mas também na promoção de	2013	inglês

						relacionamentos românticos funcionais.		
Dyadic Types of Sibling Sexual Coercion	Relva IC, Fernandes O, Alarcão M	Portugal	analisar a prevalência de coerção sexual entre irmãos em uma amostra de estudantes universitários	590 estudos (62,5% mulheres)	Os dados foram recolhidos em três universidades públicas em Portugal. A pesquisa foi anônima, autoadministrada e a participação voluntária.	11% dos alunos do sexo masculino e 5% do sexo feminino coagiram sexualmente um irmão quando tinha cerca de 13 anos ou outra idade. Cronicidade: Quando houve coação sexual em um relacionamento entre irmãos, foi perpetrada em média 22,4 (média) vezes por homens e 9,1 vezes por mulheres. Os Tipos de Concordância Diádica revelaram que em 26% havia apenas um agressor que era apenas do sexo masculino, em 19% o agressor era somente mulher e mais da metade (55%) ambos coagiram. A partir da perspectiva das mulheres entrevistadas, em 50% dos casos o perpetrador era apenas do sexo masculino, em 31% apenas do sexo feminino e em 19% de ambos os sexos.	2017	inglês
Prevalence of Sexual Aggression Victimization and Perpetration in a Sample of Female and Male	Schuster I, Krahé B, Toplu-Demirtaş E	Turquia	examinar a prevalência de vitimização e perpetração de agressão sexual em uma grande amostra de	1.376 estudantes universitários (886 mulheres)	os estudantes responderam a questionários e instrumentos	No geral, 77,6% das mulheres e 65,5% dos homens relataram pelo menos uma ocorrência de vitimização sexual, e 28,9%	2016	inglês

College Students in Turkey			estudantes universitários do sexo feminino e masculino na Turquia			dos homens e 14,2% das mulheres relataram pelo menos uma ocorrência de perpetração de agressão sexual. As prevalências de vitimização e perpetração de agressão sexual foram maiores para os atuais ou ex-companheiros, seguidos por conhecidos/amigos e desconhecidos. O álcool esteve envolvido em uma proporção substancial dos incidentes relatados. As descobertas são as primeiras a fornecer evidências sistemáticas sobre perpetração e vitimização de agressão sexual entre estudantes universitários na Turquia, incluindo mulheres e homens		
Sexually abusive youth: what are the background factors that distinguish them from other youth?	Sigurdsson JF, Gudjonsson G, Asgeirsdottir BB, Sigfusdottir ID	Islândia	investigar os antecedentes de jovens perpetradores sexuais dentro a estrutura de Beech e Ward (Agressão e Comportamento Violento, 10, 31 63, 2004) modelo etiológico de risco.	10.515 alunos . 5150 (49,0%) homens e 5.327 (50,06%) mulheres, (38 (0,4%) não indicaram o sexo)	Questionário detalhado sobre seus antecedentes, comportamento e saúde mental	Para os homens, o modelo final mostra que o que melhor distingue os perpetradores sexuais de seus pares é uma história de abuso sexual, violência vivida no lar, má autorregulação sexual e pares delinquentes. O modelo é semelhante para mulheres, exceto que a violência em casa não foi um preditor significativo, e a o uso de sedativos	2010	inglês

						e anfetaminas também contribuiu para o modelo. As evidências enfatizam a importância do abuso sexual, auto-regulação deficiente e o potencial influência dos pares na ofensa sexual.		
Prevalence rates of male and female sexual violence perpetrators in a national sample of adolescents	Ybarra ML, Mitchell KJ	EUA	relatar estimativas nacionais de perpetração de violência sexual entre adolescentes e detalhes da experiência do perpetrador.	1058 jovens	Os dados foram coletados online em 2010 (onda 4) e 2011 (onda 5) no estudo nacional Growing Up With Media.	Quase 1 em cada 10 jovens (9%) relatou algum tipo de perpetração de violência sexual na vida; 4% (10 mulheres e 39 homens) relataram tentativa ou estupro consumado. Dezesesseis anos foi a idade moda da primeira perpetração sexual (n = 18 [40%]). Os perpetradores relataram maior exposição a conteúdo violento com classificação X. Quase todos os perpetradores (98%) que relataram idade da primeira perpetração ser de 15 anos ou menos eram do sexo masculino, com resultados semelhantes, mas atenuados entre aqueles que começaram aos 16 ou 17 anos (90%). Só aos 18 ou 19 anos é que os homens (52%) e as mulheres (48%) são representados de forma relativamente	2013	inglês

						<p>igual como perpetradores. Talvez relacionado à idade da primeira perpetração, as mulheres eram mais propensas a perpetrar contra vítimas mais velhas, e os homens eram mais propensos a perpetrar contra vítimas mais jovens. Os jovens que começaram a perpetrar mais cedo eram mais propensos do que os mais velhos a ter problemas com os cuidadores; jovens começando mais velhos eram mais propensos a indicar que ninguém descobriu sobre a perpetração.</p>		
--	--	--	--	--	--	---	--	--